

ATA N.º 287

----- Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 Atas e Correspondência-----
- 2 Período de Antes da Ordem do Dia-----
- 3 Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Oferta de Bandeiras às Juntas de Freguesia-----
 - 3.3 Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga-----
 - 3.4 Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição – 2023-----
 - 3.5 Prestação de Contas de 2023-----
 - 3.6 Inventário e Cadastro em 31-12-2023-----
 - 3.7 Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Talhadas-----
- 4 Período Destinado ao Público-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e cinco minutos. Cumprimentou todos os presentes, em especial aos membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de junta, Presidente da Câmara, senhoras vereadoras e senhores vereadores. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Adérito Soares-----
- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Almiro da Silva Machado-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto de Macedo Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Maria Margarida Coutinho Raimundo-----
- Maria Margarida Nunes Oliveira-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----

---- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Adérito Soares, Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz, António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Maria Margarida Nunes Oliveira, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro

Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

---- Os seguintes membros chegaram mais tarde, não tendo estado presentes aquando da chamada: Alexandre Miguel Coutinho Tavares, David da Silva Alves, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Jorge Manuel Henriques da Graça, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Renata Liliana da Costa Marques e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho e José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vereadores.-----

--- Foi registada a falta justificada de Ana Cristina da Silva Tavares.-----

--- Esteve presente Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal. Quanto às faltas e substituições, registaram-se as seguintes: Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Alexandre Miguel Coutinho Tavares e Renata Liliana da Costa Marques, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata n.º 286 de 23 de fevereiro de 2024:-----

Presidente da Assembleia Municipal – Recebemos, agora mesmo, um pedido de correção – onde diz que Alexandre Rocha chegou atrasado, deve dizer que Alexandre Tavares chegou atrasado. Chegou, também, ontem, por um e-mail apresentado pelo senhor António Dias que foi dirigido à nossa colaboradora Carla Alexandra, embora o texto venha dirigido ao Presidente da Assembleia, e que foi dado conhecimento a todos os presentes, incluindo a mim e que vem dizer, “*mais uma vez a ata não traduz o a acontecido na reunião*”. Mas, o senhor António Dias não especifica exatamente o que é que de importante ficou a faltar nessa ata. Nós tivemos o cuidado de ir rever a gravação e não encontramos nada de relevante que pudesse ter sido acrescentado e isto também é um princípio que, a meu ver, mal, mas eu acedi a ele que está instituído nesta Assembleia Municipal que é de fazer quase a transcrição integral daquilo que se passa nas assembleias quando não é isso que, efetivamente, deva acontecer. O que deve acontecer é uma sumula das intervenções e, acima de tudo, as deliberações, sim, têm de estar bem especificadas nas atas. Mas, é o critério que vinha sendo seguido. Eu anuí nele, se calhar mal, mas já que está assim irá continuar e é verdade que isto dá um trabalho tremendo que vocês não imaginam, fazer a transcrição das gravações. Pode acontecer que, uma ou outra intervenção ou um ou outro à parte ou uma outra intervenção não fiquem registados, mas também não têm de ser porque isso não é nada de importante. Aquilo que é importante penso que consta da ata. De todos os modos, como não nos foi apresentado nenhuma situação em concreto de erro ou de falha que fosse sugerido para alterar, tirando aquela que eu já disse. Têm a palavra à vossa disposição para qualquer intervenção sobre a ata. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, a Mesa, senhores membros da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores aqui presentes. Senhor Presidente, a ata, como o senhor disse, e muito bem, deve ser uma sumula daquilo que se passa, efetivamente, nas reuniões. Contra isso, nada. Há duas opções. Ou faz uma ata com a tal sumula e sintetiza, ou faz uma ata com a transcrição integral do acontecido. O que acontece aqui é não optaram pela primeira, ou seja, não sintetizaram, portanto, não há uma sumula. Não optando por aí, têm que transcrever tudo. O que acontece é eu e os meus colegas lembram-se das nossas intervenções, mas também devemos ler as respostas que nos são dadas e devemos ler, também, aquelas intervenções a meio das intervenções dos membros aqui no púlpito e o que aconteceu foi enquanto eu intervinha o senhor Presidente

da Câmara teve algumas intervenções que não foram transcritas para aí e é óbvio que não vou ser eu a dizê-las. Quem faz a ata e o senhor Presidente, como é responsável pela Mesa, deve ter o cuidado de a corrigir e de ver se faltam ou não faltam essas intervenções do senhor Presidente da Câmara. Portanto, não é só estar ali e dizer duas ou três palavras no meio e depois não são transcritas. Era só isso, senhor Presidente. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Diana Paiva, tem a palavra.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, restantes membros do executivo, senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Senhor membro António Dias, quero pedir, encarecidamente, que deixe de me enviar e-mails que são dirigidos e destinados ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Não tenho que os receber, não me são destinados e o senhor Presidente sempre cumpriu com a sua função de dar a conhecer tudo que lhe é enviado. Já agora, para efeitos institucionais, se o e-mail que enviou sobre a ata se destinava ao senhor Presidente, o que se vê pelas suas primeiras palavras que escreve, deveria ter endereçado o mesmo ao senhor Presidente e não à senhora Carla Alexandra que é a técnica que nos atura aqui. Além do mais, e em mau tom, endereça o mesmo e-mail a todos os elementos e à Junta de Freguesia de Talhadas, o que revela um total desrespeito pela Assembleia Municipal. Por isso, da minha parte, não tem mais autorização para me enviar e-mails que não são da minha competência. Por outro lado, quanto à ata, se o senhor membro nunca foi aos serviços municipais, deveria vir para ver o trabalho que a senhora Carla Alexandra passa, todos os dias, com os fones nos ouvidos a ouvir as gravações das sessões e depois elaborar a ata. Por isso, não consigo entender as reclamações de omissão de intervenções quando a mesma está a transcrever o que ouve. Mais uma vez, digo que estas são tudo menos o resumo das intervenções. Muito obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a dar a palavra a António Dias.-----

António Dias – Senhora membro da assembleia, eu respondi ao e-mail que me foi endereçado. Portanto, se o e-mail que me foi endereçado foi para esses e-mails todos, não tenho culpa. Eu respondo ao e-mail que me foi endereçado com a ata. Ponto. Portanto, se o e-mail é só para mim, enviem-me o e-mail só para mim e eu respondo só a esse e-mail. Se o e-mail foi para o grupo todo que está aqui dentro, eu respondo a esse grupo todo. A ata foi enviada para todos ao mesmo tempo. Senhor Presidente, seguindo o exemplo ali da sua líder de bancada, envie um e-mail para cada um de nós e eu respondo a esse e-mail. Obrigado.-----

Foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2024, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por maioria, pelos membros Adérito Soares, Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Sérgio Silva. Foi registado um voto contra de António Dias. Os membros Elga Silva, Jorge Graça e Tânia Pinheiro não participaram da votação por terem chegado mais tarde.-----

1.3 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Ofício com respostas a questões de António Dias na sessão de 22-12-2023-----
- Ofício do TAF - PA 64-23 - Despacho de Arquivamento-----
- Ofício à CPCJ - Comissão Alargada-----
- Ofício ao PCM a remeter requerimento de Sérgio Silva-----
- Convite - 1º Encontro de Orquestras Juvenis da Escola de Música da BUMP-----
- e-mail de António Dias - Solicita contas correntes e fundos disponíveis-----

- e-mail de António Dias - Solicita fotocópia protocolos e relatórios 2022 e 2023-----
- e-mail de António Dias - Solicita valores entrega equipamentos e infraestruturas à AdRA-----
- Ofício do PAM ao PCM a reiterar pedido de resposta a requerimentos de António Dias
- Ofício do PAM ao PCM a remeter pedido de António Dias sobre entrega de equipamentos e infraestruturas à AdRA-----
- Convite - Apresentação Equipa de Veteranos do CRC de Rocas do Vouga-----
- Ofício de Resposta Questões de António Dias-----
- Convite - Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril no Município de Albergaria-a-Velha-----
- Convite - Jantar de Reconhecimento de Mérito Profissional de Leandro Machado-----
- Ofício de Resposta Questões de António Dias-----
- Ofício de Resposta a Requerimento de Sérgio Silva-----
- Convite - 1º Encontro de Orquestras Juvenis da BUMP-----
- Transferências de Valores das Senhas de Presença - António Dias - Mandato 2021-2025-----
- Convite - Inauguração da Exposição Cartazes de Abril-----
- Convite - XL Festival de Folclore-----
- Ofício ao PCM com pedido de António Dias (Ajudas de Custo)-----
- Ofício ao PCM com pedido de António Dias (Contas Correntes e Fundos Disponíveis)
- Ofício do PAM a António Dias-----
- Ofício do PCM - Pedido de Inclusão de Ponto na OT-----
- Certificação Legal das Contas 2023-----
- Relatório de Denúncias 2023.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu alguns eventos onde tinha estado presente:-----

- BTL em Lisboa, no dia 29 de fevereiro, a convite do Presidente da Câmara e na sua companhia-----
- Aniversário da Associação Desportiva e Cultural de Lourizela, no dia 09 de março, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal-----
- 1º Encontro de Orquestras Juvenis em Pessegueiro do Vouga, no dia 11 de abril, a convite da BUMP, juntamente com a Vereadora Paula Coutinho-----
- 37º aniversário do Rotary Club de Sever do Vouga, no dia 11 de abril-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções para este ponto. Não tendo havido inscrições, passou para o período de antes da ordem do dia.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores deputados, senhores presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras, muito boa tarde a todos. Registo com satisfação o convite que me foi feito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, para colaborar na solução para o ajardinamento da entrada da vila, mais concretamente para a zona que vai desde a cozinha comunitária até ao quartel da GNR. De uma forma construtiva, como é a nossa forma de estar nesta assembleia, manifestei a minha opinião relativamente ao projeto apresentado por este executivo e no final da reunião havia consenso entre todos os presentes, para plantar camélias japónicas já crescidas em toda a zona onde antes existiram plantas de mirtilo, colocar plantas rasteiras nas caldeiras das camélias, substituir as plantas existentes atualmente nas duas rotundas por outras com mais cor e maior relevo paisagístico, plantar gramão em toda a zona de plantação das camélias e nas zonas verdes das rotundas e ainda nas zonas envolventes da rotunda cimeira, instalar sistema de rega

automática em todas estas áreas. Senhor Presidente da Câmara Municipal, peço-lhe que avance com o projeto para bem dos severenses e de quem nos visita. O verão aproxima-se. De seguida impõe-se avançar também com o rearranjo e ajardinamento do Jardim do Lago e da zona envolvente da Câmara Municipal, que bem necessitam de uma significativa intervenção. E para ficarmos com dignas entradas da vila, seria bom avançar ainda com a execução do parque de estacionamento junto à Igreja. Senhor Presidente da Câmara Municipal, pode dizer-nos para quando está previsto? Senhor Presidente da CM, a rua dos bombeiros está irreconhecível. Deixou de ser uma rua atrativa, com arvores, com sombra, com o chilrear das aves, para passar a ser uma rua despida e desagradável à vista. Gostávamos que nos dissesse porque foram cortadas as arvores que ladeavam e embelezavam esta rua. Porque algumas ameaçavam tombar? Então porque não mandou cortar apenas estas e não mandou podar as restantes? Porque estavam a danificar a estrada? Nada que não pudesse ser reparado, sem grandes custos. Quando, nos dias de hoje, há uma grande preocupação da comunidade para plantar arvores, sobretudo arvores autóctones, o nosso município pratica exatamente o contrário. Permita-me que lhe recorde que ainda recentemente foram cortados carvalhos e outras plantas autóctones já crescidas aquando da limpeza da faixa de gestão de combustível em Couto Esteves e noutros locais. Senhor Presidente da Câmara Municipal, eu sei que é mais rápido e mais fácil cortar arvores pelo pé, do que podá-las. Eu sei que é mais rápido limpar a faixa de gestão de combustível e outras zonas do nosso concelho, como por exemplo a área junto da estação rodoviária, sem haver a preocupação de preservar carvalhos, sobreiros e outras espécies aí plantadas e tratadas com tanto trabalho e sacrifício. Cada vez mais todos nós, temos que nos preocupar com as condições ambientais e de vida dos cidadãos. As árvores que se encontravam na rua dos bombeiros, para além de embelezarem aquele espaço, forneciam sombra a quem lá passava e lá estacionava, e serviam de abrigo a algumas aves. Mete dó olhar para aquela estrada nas circunstâncias atuais. Senhor Presidente da Câmara Municipal, peço que nos informe qual o projeto que tem para a rua dos bombeiros e quando será implementado. E ainda se é intenção do executivo plantar novas arvores nas bermas desta via. Quanto ao aumento das taxas do lixo cobradas aos severenses, que no corrente ano aumentaram assustadoramente, pelo que me foi dado saber, à primeira vista parece que não podem ser comparticipadas pelo Município, no entanto, gostaríamos de ter acesso ao parecer da ERSAR ou à lei que obriga o município a não comparticipar estes aumentos, sob pena de não ver os seus projetos de candidaturas aprovados. Peço ao senhor Presidente da Câmara Municipal que me faculte estes elementos. Trata-se de um grande esforço financeiro para todos, mas sobretudo para as pessoas mais carenciadas. Apesar do aumento das taxas do lixo não ser responsabilidade do Município, impõe-se que este em concertação com outros municípios, diligencie junto de quem de direito, no sentido de reverter esta situação. Com os nossos governantes e oposição tão interessados em agradar a todos e estando o país em maré de baixa de impostos, e bem, é incompreensível este aumento assustador das taxas do lixo. Acredito que, na situação política atual, com uma ação concertada entre vários municípios junto do poder central, será possível reverter esta situação. Estamos em Abril de 1974. Já lá vão 50 anos sobre a Revolução dos Cravos. Cinquenta anos de democracia. Cinquenta anos de liberdade. Cinquenta anos de muitas outras conquistas. Trata-se de uma data cheia de significado e cujas comemorações por parte do Município deveriam merecer uma maior atenção e dignidade e não se cingirem apenas a atos simbólicos. É muito pouco. Não fora a iniciativa de algumas associações locais e do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, naturalmente apoiadas pela Câmara Municipal e a data quase passaria despercebida. O 50º do 25 de Abril deveria ser um momento de passagem de testemunho, dos que viveram e sentiram a ditadura e que construíram a Democracia, aos que já nasceram em Liberdade. Para concretizar este objetivo muito mais haveria a fazer pelo nosso Município nesta data tão significativa para a nossa História. Viva a liberdade! Obrigado a todos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da Mesa. O que me traz aqui hoje é este ofício que o senhor Presidente da Mesa me enviou a informar o reencaminhamento de um pedido de documentação que eu fiz, na última assembleia de fevereiro, ao senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Câmara pede aqui, neste ofício, para eu indicar em concreto o que pretendo que seja esclarecido e informado. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, eu já disse aqui uma vez, nesta assembleia, e volto a repetir – quando nós somos incompetentes e não temos capacidade para tomar decisões tudo serve para fugirmos à nossa responsabilidade. Ora fazemos como o Partido CHEGA e interpreta o português da forma que mais nos interessa, ora empurramos e refugiamos-nos na legislação dúbia deste país que dá para os dois lados, ora pedimos auditorias para apontar o dedo aos outros, ora pedimos pareceres a entidades externas para ver se vem uma resposta que nos é vantajosa e atiramos para o lado ou utilizamos esta velha tática de pedir mais informações, enrolar e ganhar aqui algum tempo para esconder ou para atrasar alguma coisa. Senhor Presidente da Câmara, eu acho que fui muito claro, muito transparente e direto. Eu não tirei cópia do pedido de documentação por escrito, mas lembro-me perfeitamente do que é que lá estava escrito – venho, por este meio, pedir cópia de todos os protocolos assinados entre Câmara e juntas de freguesia no ano de 2022. E eu acho que, e também disse aqui no início deste mandato, não era por mim que este executivo deixaria de trabalhar e nem tenho vindo aqui fazer muitos pedidos, nem tenho vindo aqui chatear muitas vezes. Acho que até foi a primeira vez que fiz um pedido de documentação e documentos este que, até não é por minha autorrecreação, não é para cultura geral, não é provocação nenhuma. São documentos, senhor Presidente da Mesa, que esta assembleia tem o direito de conhecer e o senhor Presidente da Câmara tem o dever de informar esta assembleia não só desses protocolos assinados com as juntas de freguesia, mas também dos relatórios de execução desses protocolos. Mas, eu percebo e percebo este enrolar e atrasar de tempo porque as obras não estão feitas. Estamos em 2024 e esses protocolos não foram cumpridos. Portanto, senhor Presidente da Mesa, eu também não vou fazer mais pedido nenhum. Quando a Mesa quiser fazer chegar esses documentos vindos da Câmara Municipal eu agradeço e penso que os deputados municipais também agradecerão. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, Sérgio Silva. Jorge Graça, tem a palavra.-----

Jorge Graça – Muito obrigado, senhor Presidente. Aproveito para cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, cumprimentar também os senhores secretários. Cumprimento o senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, público em geral, comunicação social e funcionários da autarquia que estão aqui presentes. Muito boa tarde a todos. Queria aqui abordar quatro ou cinco pontos, concordando com aquilo que o meu colega João Oliveira falou em nome da bancada. O primeiro ponto queria enaltecer a chegada a consenso para dar seguimento ao projeto da nova extensão de saúde de Talhadas. Na sequência dos apelos que fiz nas duas últimas sessões da assembleia e não em consequência desses apelos, mas a verdade é que estou informado de que estão reunidas as condições para o projeto avançar. Portanto, como também intervim nesse sentido, acho que é de enaltecer esta situação e esperemos que agora o projeto se concretize. Acho que as pessoas se uniram e pensaram com a cabeça e não com o coração e chegaram a um consenso e acho que isto é um projeto importante para Talhadas mas também para o concelho porque, logicamente, tendo uma nova extensão de saúde e a funcionar bem em Talhadas desanuvia o centro de saúde central. Também tive conhecimento, e o senhor Presidente da Câmara vai-me corrigir se eu estiver errado em relação ao ponto de situação, mas tenho a informação de que a estrada para a Macida já foi adjudicada ou está aberto um concurso e isso também é uma boa notícia para a freguesia de Talhadas e também tenho que enaltecer isso. Há outras estradas em Talhadas que também são necessárias, mas acho que são duas boas notícias para a

freguesia onde estou inserido. O terceiro ponto é recorrente, é aquilo que eu costumo vir fazer, porque acho que é de extrema necessidade. Estou a falar da estrada das Arcas. Passei lá para ver o ponto de situação e vi que as obras ainda não recomeçaram desde a última assembleia. Não passaram muito dias, mas a verdade é que, de facto, as chuvas têm sido muito abundantes e, neste momento, é muito perigoso circular lá. Uma pequena distração, a largura da via que ainda tem alcatrão é muito estreita e, numa distração, a gente entra ali naquelas valas abertas pela água e é uma situação muito complicada. Logicamente, a acrescentar ao estado lastimoso do que resta do piso e acho que aquelas pessoas que são os principais utentes daquela estrada estão a ser muito penalizadas e eu gostava de saber, senhor Presidente da Câmara, quando é que está previsto reiniciar-se mesmo as obras e concluírem-se. Depois, um quarto ponto, também na sequência dos meus pedidos de esclarecimento em relação a uma estrada que, logicamente, não é da responsabilidade da Câmara, que é a E.N. 328. Penso que, há um ano e qualquer coisa atrás, que foi a última vez que falei nisto, não me esqueci, logicamente, a gente habitua-se porque passa lá todos os dias e habitua-se à irregularidades. A verdade é que elas lá continuam, portanto, gostava de saber, senhor Presidente, a última resposta que me deu sobre isto penso que foi que o IP tinha pedido algum tempo para ver o comportamento da estrada, cerca de um ano. Penso que já passou, mais ou menos, esse tempo e gostava de saber quais são, aliás, foi colocado lá um remendo na faixa do lado direito, de quem sobe, portanto, gostava de saber se há alguma novidade sobre isto porque, efetivamente, acho que aquilo é um trabalho que não está do agrado dos utentes. O ponto cinco, para terminar, é o seguinte. Também é uma matéria que me é muito cara que tem a ver com os fogos florestais e estamos a aproximar da época, aliás, estas três noites de ventaria, pelos menos nas Talhadas, assustaram um bocadinho e gostava de saber o que é que está a ser feito no sentido das limpezas das faixas de gestão de combustível, dos aceiros. Outra situação, que penso que já na última interpelação que fiz ao senhor Vice-Presidente, havia pelo menos um ponto de água ou dois que ainda não estavam operacionais. Gostava de saber o ponto de situação disso. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Jorge Graça. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, a Mesa e os presentes. Ainda no rescaldo das assembleias municipais anteriores, eu queria aqui salientar que fiz um requerimento por escrito ao senhor Presidente da Assembleia sobre um documento que era entregue a todos os membros do executivo municipal de Sever do Vouga, no período de 2017 a 2021 e não entendo o porquê do senhor Presidente da Câmara estar a dificultar e vir aqui com questões de empalear. É um documento muito simples, é o extrato de contas correntes de fundos disponíveis do atual mandato. Isto era entregue a todos os membros do executivo no mandato de 2017-2021. Eles recebiam sempre isto e eu não percebo porque é que o senhor Presidente está a esconder isto. Senhor Presidente, já que escreveu que, eventualmente, havia muita despesa com papel, eu estou disponível. Marque o dia, a hora. Nem que seja à meia-noite. Eu venho cá ver. Eu quero consultar. Já que não quer enviar por escrito, eu venho consultar. Marque a hora e o dia. Diz o senhor Presidente que publicaram nas redes sociais documentos oficiais da autarquia. Senhor Presidente, quem publicou isto foi o senhor. O senhor é que publicou, em 2022, os protocolos da Junta de Freguesia de Couto de Esteves. Eu nunca publiquei nada oficial. Zero. Unicamente lhe agradei a prenda de Natal e agora o foliar da Páscoa. Só isso. Agradei-lhe. Foram prendas que o senhor deu. Nunca publiquei nenhum documento oficial. Mas, o senhor publicou e o senhor agora vem atacar os outros? Desculpe, mas que descareto é este? Não tem que passar para os outros a sua incompetência. Fale de si. E mais, nunca usei meios do município nem da minha autarquia e o senhor usa os seus, os da autarquia de Sever do Vouga. Nunca. Uma coisa é o António Dias, outra coisa é a Junta de Freguesia de Talhadas. Não misturo. Senhor Presidente, uma vez que vem aqui e diz umas atoardas, enxovalha e por aí fora, eu

gostava de saber, a extensão de saúde de Talhadas, ainda bem que o meu colega, o senhor Jorge Graça, veio aqui e falou e muito bem. A extensão de saúde de Talhadas foi uma coisa muito simples. O senhor anda sempre com a carroça à frente dos bois. O senhor não é competente. Desculpe, isto tem que ser dito. O senhor é incompetente. É, se calhar, o mais incompetente dentro desta sala. O senhor mandou um topógrafo ao terreno da Junta de Talhadas fazer um levantamento, está aqui uma testemunha dentro que foi lá comigo, quando o senhor ainda não tinha sequer uma deliberação. Nem dos compartes, nem da Junta. O senhor primeiro devia falar ou com os compartes ou com a Junta para ter a certeza que estava disponível. Os compartes não tinham reunido e a Junta não sabia de nada. Estava lá o técnico do município a fazer a avaliação. Está aqui uma testemunha dentro e o técnico também cá pode vir dizê-lo. Senhor Presidente, é simples. O senhor chamou. Chamou, não, que o senhor, nem isso, é competente. O senhor mandou a sua Chefe de Gabinete ligar ao Presidente da Junta de Talhadas que queria uma reunião urgente, mas eu não sabia o que era. Está ali a sua Chefe de Gabinete que pode dizer se for mentira. Pode desmentir. E eu vim à reunião. As minhas colegas não podiam e o senhor, com sete pedras na mão, queria que eu desse ali uma resposta pelas minhas colegas do executivo e por toda a Junta de Freguesia de Talhadas. Desculpe, todas as deliberações na Junta de Freguesia de Talhadas, do executivo, são tomadas, até hoje, enquanto eu sou Presidente, foram todas por unanimidade. Portanto, eu não decido, muito mais sem ter um documento de suporte. Eu não tinha nada de suporte. Zero. E o que eu pedi foi “quero a ata desta reunião juntamente com a documentação” para dar a conhecer às minhas colegas do executivo e, eventualmente, levar à Assembleia de Freguesia. A D. Carla Alexandra enviou a ata. Li a ata, corrigi a ata, foi corrigida com o seu consentimento, ou da sua Chefe de Gabinete, foi enviada para cá a dizer assim “concordo com a ata, agradeço que assinem e me devolvam juntamente com a documentação respetiva para eu dar andamento ao processo”. Foi enviado para cá o e-mail no dia 23 de dezembro, sábado, às 08:53 da manhã. Para a assembleia perceber o que é o senhor Presidente, e está ali a sua Chefe de Gabinete, que me ligou no outro dia a pedir uma outra reunião e eu disse “desculpe, eu não vou mais a reunião nenhuma porque eu estou a ser enxovalhado por alguém que não me responde ao e-mail”. Não me devolveu a ata assinada, não me devolveu documentação. Foi-me devolvido depois de eu falar com a sua Chefe de Gabinete no dia 26 de março. Isto é vergonhoso. Andou o Presidente da Junta a ser enxovalhado por si, por toda a freguesia, por sua culpa, por sua incompetência. Eu não tinha a documentação. Eu não tenho a ata. Eu não tenho a ata, não tenho a documentação. Eventualmente, o conselho diretivo, mas eu não sou o conselho diretivo, nem vou às reuniões. Eu fui à reunião por causa de uma situação de uma casa particular, de uma situação particular. Estamos a brincar? Eu agora vou terminar, senhor Presidente. Está aqui um prémio, é o foliar de Natal que o senhor deu aos severenses. Senhor Presidente, na próxima semana, celebraremos cinquenta anos do 25 de Abril. Muitos dos que hoje aqui estão, e temos responsabilidade nesta assembleia, não sabemos o que foi viver o 25 de Abril. Pois bem, o que mudou nestes cinquenta anos? Será que realmente conseguimos a liberdade que os nossos antepassados ambicionaram? Será realmente que a ditadura terminou? Talvez estejamos a viver uma nova ditadura em que alguém toma decisões sem pensar nas consequências. É o caso das novas taxas dos resíduos sólidos. Vem de cima a informação do bicho papão, da Ersuc, ou da Ersar, não sei, não faço ideia, e não se questionam as informações que são dadas e, claro, o povo paga. Neste momento, ficam mais caros os resíduos em Sever do Vouga do que em Aveiro. É mais caro no concelho de Sever do Vouga do que em Aveiro. Que fique bem claro. Numa altura em que o nosso concelho se arrisca a ter menos de dez mil habitantes, acho que este executivo está no bom caminho para o conseguir. Infelizmente, está a tentar conseguir esse objetivo. Já para não falar da desigualdade entre habitantes dentro do município, ou seja, quem vive no centro da vila paga por metro cúbico de água consumida, quem vive fora da vila, paga um valor fixo de vinte metros cúbicos de água. Eu pergunto, se calhar a maior parte das pessoas que estão aqui dentro, que não vivem no centro da vila,

não gastam vinte metros cúbicos. Porque razão têm que pagar sobre vinte metros cúbicos? Isto é desproporcional. Isto é incorreto. Senhor Presidente, a maioria da nossa população é idosa, vive em escassos recursos que excedem € 410,00, mas também muitas habitações, e até emigrantes, todos estes vão pagar a taxa máxima. Senhor Presidente, precisamos de um líder à frente do município e não alguém que se acanhe quando os problemas surgem e se defenda com um comunicado datado de 15 de dezembro, mas que só aparece na mão de alguns depois da bomba estourar. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Dias. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado. Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores presidentes de Junta, senhoras e senhores deputados municipais, público aqui presente. Antecipando nesta intervenção aquilo que, de alguma forma, já foi também antecipado, e que é a proximidade dos cinquenta anos do 25 de Abril, queria dizer que o 25 de Abril fez-se para que todos tivéssemos a liberdade de dizer o que pensamos e essa liberdade tem sido utilizada de forma absolutamente livre por todos. Portanto, aquilo que eu acho, quando nos aproximamos do 25 de Abril, é que, às vezes, tão importante como é sermos livres de dizer o que pensamos é sermos rigorosos quanto aos factos e verdadeiros quando analisamos esses factos e falamos sobre eles. E isso, infelizmente, nos dias de hoje, face àquilo que é a facilidade com que os chamados cowboys do teclado vão para a internet e escrevem aquilo que é mais emocional do que racional ou factual torna-se cada vez mais difícil a convivência em democracia. Eu acho que é importante termos presente o seguinte: a liberdade de falar, a liberdade de divergir, de discordar-se, não podem estar acima daquilo que é dever que todos nós temos de nos entender a bem das populações que servimos e a bem do povo de Sever do Vouga. Isso significa que é importante que todos saibamos que há alturas para divergir, para termos opiniões diferentes sobre a melhor forma de resolver um determinado problema, mas que há um momento em que essa divergência tem que ser substituída pelo bom senso e da capacidade de encontrar aquilo que nos une e não vincar aquilo que nos separa. É bom que isso seja feito com respeito porque a divergência que podemos ter deve ser sobre políticas, sobre opções, nunca sobre pessoas personalizando críticas ou pondo em causa a honorabilidade ou respeito que todos vocês me merecem e que eu espero todos sejam capazes, também, de o fazer. De respeitar a divergência dos outros. O facto de podermos ter opiniões diferentes não faz de nós más pessoas ou merecedoras do desrespeito de quem quer que seja. E, por isso, quando se discute questões que são importantes para a vida de todos, é bom sermos rigorosos e para sermos rigorosos aquilo que eu vos tenho a dizer é que eu percebo a profunda indignação de quem viu aumentada a sua taxa, a tarifa dos resíduos sólidos. Agora, eu só vos quero perguntar o seguinte: quem decidiu esse valor? Foi esta Assembleia Municipal? Não. Foi a Câmara? Não. É bom, às vezes, estarmos atentos. Quando se falava, e aliás até foi um ministro do CDS que usou essa expressão e, a partir daí, todos passaram a usá-la, das taxas e taxinhas que estão constantemente a ser aumentadas, a decisão deste aumento não resulta daquilo que foi a vontade desta autarquia. Resulta das decisões que foram tomadas a nível da Administração Central e de uma entidade reguladora que é a Ersar que se sobrepõe àquilo que é o poder dos municípios e que, se assim o decidir, pode vir a sancioná-los e não é muito diferente daquilo que foram estratégias preparadas, também a nível da Administração Central, no que diz respeito à questão da água. Eu percebo que há opções estratégicas que são tomadas a nível nacional que impactam as autarquias para o qual a maior parte das pessoas está desatenta quando isto se debate a nível nacional e que só se apercebe do seu impacto quando a realidade chega ao seu bolso. Para terminar, eu diria apenas que houve uma decisão que foi no mandato do governo anterior que tem impacto agora no bolso das pessoas. Disparar contra quem está mais próximo e que, por acaso, nem é do partido desse governo, sustentava esse governo, confesso que me faz alguma impressão e, por isso também, me fez alguma impressão e motivou a minha intervenção a primeira intervenção que foi aqui feita por

parte de João Oliveira. Portanto, terminaria dizendo que estas são matérias que nos preocupam a todos, mas não é só quando a questão chega ao bolso. Temos que nos preocupar com isto antes e, no momento em que é preciso tomarmos decisões, estarmos atentos e sabermos quem apoiamos e quem não apoiamos porque houve pessoas que votaram naquele partido, que foi o Partido Socialista, que decidiu aumentar estas taxas. Agora, há responsabilidade de quem entendia que estas taxas tinham que ser aumentadas, por parte do Partido Socialista, quem apoiou o Partido Socialista, de assumir aqui aquilo que é a explicação política de porque é que estas taxas foram aumentadas. Não permitir que se dispare contra o município quando esta não é uma primeira responsabilidade do município. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Monteiro. Diana Paiva, tem a palavra.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Confesso que não tinha nenhuma intervenção preparada, mas também conforme fui ouvindo tive vontade de responder, mas agradeço imenso ao senhor António Carlos Monteiro que acabou por vir responder a intervenções muito efusivas aqui neste púlpito. E mais relativamente à liberdade que o 25 de Abril nos trouxe de falar, de dar liberdade de dizer o que pensamos, mas, efetivamente, não nos dá a liberdade de faltar ao respeito e essa tem que ser bem tida em conta. Neste aspeto, e muito bem, foi dito que estas tarifas, preços, que temos hoje em cima da mesa a todos os cidadãos severenses, não é do município. Não fica nos cofres do município, infelizmente. Estas tarifas, porque as taxas somos nós que aprovamos e não aprovamos tais valores. Estas tarifas passam pelo município e são entregues à ERSUR (a oradora queria dizer ERSUC). Temos que ter essa consciência e, por isso mesmo, esta legislação tem que ser bem compreendida e percebida por todos nós. Em vez de virmos aqui falar sobre aquilo que, provavelmente, não sabemos, convém estarmos informados e, com certeza, que o senhor Presidente da Câmara Municipal irá esclarecer, de forma mais acutilante, as pessoas que aqui estão e, se calhar, estão em casa, possam não ter visto as informações dadas, mas é uma verdade que temos que ser factuais relativamente a esta situação. Muito obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Eu vou ser sintético, até porque no ponto seguinte também vou tocar no assunto porque também faz parte da informação escrita. Dr. António Carlos Monteiro, a sua intervenção é extraordinária, não fosse ser incompatível com as intervenções e com a Junta de Freguesia que o CDS tem neste concelho e não fosse, também, tivesse a ver com um partido que até se coligou com esta Câmara para governar durante estes quatro anos e não tivesse a ver, também, com a sobrevivência do seu partido. Desculpe-me, e permita-me, mas estas tarifas foram aprovadas, exclusivamente, numa reunião de Câmara em dezembro do ano passado e, ao contrário do que o comunicado que o senhor Presidente da Câmara veio agora mostrar esta semana, com data de 15 de dezembro, com uma série de, permitam-me a expressão, “aldrabices”, porque se assim não fosse, permitam-me, no concelho aqui ao lado, em Vale de Cambra, não há taxa de resíduos sólidos urbanos. Nos concelhos vizinhos, nossos parceiros nesta comunidade intermunicipal, as taxas são muito mais baixas e o nosso concelho tem algumas características que permitem aqui alguma margem, mas eu mais à frente vou voltar a falar do assunto. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Sérgio Silva. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Eu, ao fim e ao cabo, venho reafirmar aquilo que disse. Eu referi, aqui, que estas taxas não eram da responsabilidade do município. Eu referi aqui que há municípios aqui à nossa volta que têm taxas mais baixas e eu não compreendo porque é que uns têm umas taxas e uns têm outras. Daí que tenha pedido a documentação, a legislação que não tenho, para apreciar. Também referi aqui que era momento oportuno para, junto do atual governo, exercer pressão. Está-se a rir, mas é verdade. Num momento destes, em que, quer os

nossos governantes, quer a oposição, estão disponíveis para baixar impostos e para ajudar várias classes, porque é que fazendo pressão junto deles os municípios, em conjunto, não conseguem reduzir estas taxas que é uma luta justa? É isto que eu vos queria dizer e só isto. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, João Oliveira. Eu dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara se entender responder às questões que foram colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras e senhores vereadores, excelentíssimas senhoras presidentes de Junta e excelentíssimos senhores presidentes de Junta, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Estamos no mês em que assinalamos os 50 anos do 25 de Abril no nosso país, e esperamos que todos consigamos valorizar as conquistas alcançadas. Juntem-se a nós nas comemorações deste marco tão importante da nossa história. Com muito gosto, convido todos os presentes para a participação na Feira Quinhentista, que se inicia no dia 26 de abril e promove a divulgação da nossa história e da nossa cultura, bem como privilegia a proximidade com as nossas associações. Procurarei agora responder de forma sucinta a algumas das questões que foram aqui colocadas se o senhor Presidente da Assembleia me permitir. Começando, então, pelo senhor membro da assembleia municipal, João Oliveira. Foi com agrado que tomei conhecimento de que aceitou o nosso convite para nos ajudar no embelezamento de alguns pontos das nossas entradas na vila de Sever do Vouga. Estamos, neste momento, ainda à espera do orçamento, porque, entretanto, pedimos novas atualizações, mas julgo que, em breve, poderemos iniciar os trabalhos. Quanto à zona da Câmara Municipal, do jardim do lago, como sabe, há um projeto que foi desenvolvido por este executivo que começa, precisamente, neste estacionamento à beira da Câmara Municipal e que vai reformular todo o arruamento novo incluindo os terrenos em baixo que irão ser escriturados nas próximas duas semanas, a Câmara adquiriu esses terrenos, onde se vão realizar alguns equipamentos desportivos e, também, o largo da feira. Todo o arruamento sofrerá obras de fundo, com passeios com as dimensões necessárias para pessoas de mobilidade reduzida. Os acessos às lojas serão bastante melhorados e, neste projeto, está também incluída a reformulação do jardim do lago. O projeto é financiado pelo PT2030. Foi assinado há cerca de quinze dias com o senhor Presidente da CIRA, Joaquim Batista, que é Presidente da Câmara Municipal da Murtosa e esperamos, neste momento, o aviso já abriu, estamos a entregar todos os elementos que nos foram solicitados e esperamos que, em breve, nos autorizem iniciar as obras, sabendo nós que isto são coisas que demoram muito tempo. Relativamente à rua dos Bombeiros, nós tínhamos muitas queixas no que diz respeito à falta de segurança, sobretudo à noite, na rua dos Bombeiros. Havia uma sensação de muita insegurança de quem lá passava. A rua estava muito suja, as árvores punham em causa a segurança das pessoas e a própria estrada que se encontrava a desfazer pelas árvores. O objetivo é, e estamos a tentar chegar a um acordo com os proprietários dos terrenos do lado no sentido de podermos alargar a estrada e no sentido de termos mais estacionamento e, eventualmente, até para dar para dois sentidos. Também de notar que já avançamos com o projeto do estacionamento junto ao CAE, aquele estacionamento de terra batida, foi aberto concurso e, neste momento, não sei se já temos propostas. Relativamente ao pedido de parecer da Ersar, nós entregámos aos vereadores, na reunião que tivemos no dia 15 de abril, mas certamente iremos fazer chegar a vocês sem problema nenhum. Sobre o 25 de Abril, eu acho que foi um bocadinho injusto. Nós temos uma série de atividades, nomeadamente uma assembleia municipal extraordinária onde está aberta a todos os participantes, nomeadamente a vocês que fazem parte da assembleia municipal. Naturalmente, pode-se fazer sempre mais e contamos com os vossos contributos, mas estão todos convidados a participar nesse dia. Senhor Jorge Graça, sobre a estrada das Arcas, efetivamente, desde que decorreu a última assembleia municipal, o que a Câmara fez foi celebrar um contrato de trabalhos complementares, no valor de € 70 000,00, com a

empresa Paviageméis, que era a empresa que estava naquela obra, para que possa reparar todos os danos que a Junta de Freguesia de Talhadas lá efetuou. Como sabem, a estrada já estava pronta para ser pavimentada em março do ano anterior. Após um pedido de suspensão total da obra para a passagem de uma conduta, a Câmara aceitou uma suspensão parcial na condição de que a obra terminasse em maio. A obra terminou, na minha opinião não terminou porque ainda há lá muita coisa por fazer, mas nós vamos ter que arrancar nas condições em que estão, mas recebemos um e-mail no final de dezembro a dizer que a obra tinha terminado. Ora, isto originou duas espécies de prejuízos. Por um lado, havia uma candidatura, que podia ter ido até aos € 180 000,00, que ficou perdida, portanto, são cerca de € 180 000,00 que deixaram de ser investidos na freguesia de Talhadas e, por outro lado, originou nestes trabalhos complementares num total de € 70 000,00. Tudo fruto da ação do senhor Presidente da Junta de Talhadas. Relativamente à E.N. 328, está marcada uma reunião com a diretora do IP, Eng.^a Ângela Sá, no dia 02 de maio, às 10:00, no município de Sever do Vouga. Se quiser estar presente, tenho todo o gosto em que esteja presente. Um dos assuntos que vai ser debatido é, precisamente, o estado da E.N. 328. Conforme tínhamos dito, após a passagem do inverno, e foi um inverno bastante duro, entendemos que é fundamental chegarmos a um consenso e procederem às reparações a que devem proceder. Relativamente à faixas de gestão de combustível, a Câmara tem realizado uma série de manutenção de faixas de gestão de combustível. As zonas industriais estão limpas. Em vias estruturantes como, por exemplo, a estrada da Ermida, a Câmara está, ainda, a proceder à limpeza e apelo, já agora, a todos os presidentes de Junta, que se apresentem na próxima reunião do plano operacional municipal em que vamos falar precisamente disto. Sobre os pontos de água, a proteção civil tem analisado e está a resolver a situação. Sobre os caminhos florestais, é uma responsabilidade dos presidentes de Junta e será chamada à atenção aos presidentes de Junta de Freguesia para que, rapidamente, ponham os caminhos florestais de forma a facilitar a passagem dos bombeiros. Senhor António Dias, os documentos que refere foram entregues e continuam a ser entregues em todas as reuniões de Câmara, portanto, eu considero grave as afirmações que faz, uma vez que são falsas. Relativamente ao levantamento que foi feito, por um colaborador do município de Sever do Vouga, o levantamento foi feito pelo Eng.^o Alfredo, dos serviços do município, e foi feito com autorização dos baldios de Talhadas que, na data, achavam que eram os proprietários daquele terreno. Aliás, os próprios baldios de Talhadas arrendam aquele terreno a uma empresa de transportes. Portanto, não havia motivo nenhum para desconfiar que o terreno não fosse dos baldios. Estranho foi o senhor ter vindo, na véspera da reunião que teve connosco, na Câmara Municipal, ir a uma reunião dos baldios dizer que o terreno não era dos baldios, era da Junta, e que não estava disponível para nada e depois, no dia a seguir, vir à reunião na Câmara e dizer que não tinha conhecimento de nada. Mas, nós já estamos habituados a essas situações. Já agora, quero-lhe dizer que todos os e-mails são respondidos pela Câmara Municipal, ao contrário do que acontece com a Junta de Freguesia que raramente responde a um e-mail. Sobre o lixo, gostaria de dizer o seguinte: o lixo que produzimos nas nossas casas e colocamos nos contentores ao longo de todo o concelho, depois de recolhido, é levado para para tratamento. Nós aqui temos de fazer duas separações. Temos que fazer a separação da recolha, a recolha é feita pela Luságua. Anteriormente, era feita pelos serviços da Câmara Municipal e a Câmara Municipal entendeu, através de um concurso intermunicipal, juntamente com as câmaras de Águeda, Murtosa e Esterreja, fazer um concurso intermunicipal e entregou, como resultado do concurso, à Luságua. Sobre este aspeto, quero deixar muito claro que a própria Câmara reduziu custos no que diz respeito à recolha. O problema não está na recolha. O problema está depois da recolha para tratamento. A Ersuc é a entidade que tem a competência de, após a recolha, proceder ao seu tratamento. Em 2021, a Ersuc cobrava € 28,99 por tonelada de lixo. Em 2022, aumentou para € 44,54 a tonelada. Em 2023, voltou a subir para € 61,58 o tratamento da tonelada de lixo. Finalmente, atingiu, em 2024, o valor de € 75,30 por tonelada. O

governo também aumentou a TGR (taxa de gestão de resíduos) em mais de 170%. De € 11,00 a tonelada em 2021, passou para € 30,00 a tonelada em 2024. Ao contrário da maior parte dos outros municípios, e muito embora tenha sido um enorme esforço de tesouraria que o nosso município fez, a Câmara Municipal de Sever do Vouga, por nunca ter concordado com estes aumentos, e esperar que pudesse existir uma reversão suportou, até 31 de dezembro de 2023, todos estes acréscimos de custos. Ao contrário dos outros municípios, que foram atualizando anualmente. No ano passado, os consumidores pagavam em tarifa em tarifa apenas cerca de 14% do valor total dos custos inerentes aos resíduos urbanos, sendo 86% do valor suportado pela autarquia. Fomos, contudo, informados pela ERSAR, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, que teriam de se refletir os acréscimos ao consumidor o que, a não ocorrer, constituiria uma violação grave e impeditiva da Câmara Municipal se candidatar a diversos fundos europeus. Conforme é público, este executivo tem procurado aproveitar todos os fundos de candidaturas disponíveis, atingindo no ano passado cerca de catorze milhões, cuja concretização estaria em risco se não cumpríssemos esta diretiva da ERSAR. Impulsionados pela Comunidade Intermunicipal de Coimbra, vários municípios avançaram com uma providência cautelar, mas a mesma não teve provimento. A Câmara Municipal de Sever do Vouga viu-se, então, forçada, por força da legislação e de opções de gestão a nível nacional, a proceder a esta atualização. Apesar disso, continuaremos a bater-nos por uma alteração ao atual quadro legislativo e continuaremos sempre a colocar em primeiro os nossos municípios. Alerto de que todos temos de tentar melhorar o nosso comportamento na gestão dos resíduos, impondo-se uma maior preocupação e envolvimento em reciclagem e reutilização. A Câmara iniciou, em novembro de 2023, a distribuição gratuita de bio-compostores com o objetivo de diminuir a produção de lixo e a despesa da recolha. Peço a todos os consumidores que tenham carência económica que desloquem aos nossos serviços municipais para aferir da viabilidade de atribuição da tarifa social. Eu quero deixar muito claro o seguinte: não é a Câmara Municipal que estabelece estes valores, é a Ersuc. É uma imposição do governo. A Câmara Municipal suportou até onde pôde, mas, infelizmente, para já, financeiramente, começava a ser incomportável, mas continuaríamos a suportar, contudo, uma vez que nos disseram que transferiríamos esta tarifa para os consumidores ou ficaríamos sem fundos comunitários, esta foi a nossa única opção. Eu ouvi falar que o tarifário era diferente em vários locais. Nos locais onde existe AdRA, a forma de cálculo do tarifário tem por base o consumo. Nos locais onde não existe AdRA, é feita uma conta como se o consumo médio fosse de vinte metros cúbicos. É o que está na lei. Por isso é que, em muitos sítios, se paga mais do que noutros. Contudo, para um cálculo de vinte metros cúbicos, quero deixar bem claro que Sever do Vouga continua a ser dos municípios das redondezas que menos paga de tarifas de resíduos urbanos e isto foi conseguido, pura e simplesmente, porque nós conseguimos diminuir muito os custos de recolha. Não conseguimos reduzir os custos de tratamento em aterro. Como exemplo, na Câmara Municipal de Sever do Vouga paga-se uma média de € 7,00 mensais. A Câmara de Albergaria para € 7,15. A Câmara de Ovar € 11,84. A Câmara de Oliveira de Azeméis € 10,76. A Câmara Municipal de Aveiro, e ao contrário do que foi dito aqui, paga € 7,50. A Câmara Municipal de Ílhavo paga € 8,60. A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro paga € 11,45. A Câmara Municipal de São João da Madeira paga € 13,96. O município de Oliveira de Frades ainda não publicou, Águeda não tenho conhecimento ainda do valor que foi publicado. Murtoza também ainda não publicou e Estarreja também ainda não publicou. Não tenho conhecimento. Continuamos a ter dos valores mais baixos. Eu sei que, para toda a gente, constitui um esforço grande. Já ouvi dizer “você deveriam ter ido a aumenta”. Mas, a verdade é que, se nós tenhamos aumentado, vocês já teriam pago há muitos mais anos e só não foi aumentado porque eu achei sempre que nós conseguíamos reverter a situação. Pedimos, já, uma reunião com o atual Secretário de Estado do Ambiente, o Dr. Emídio Sousa, ex-presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no sentido de percebermos o que é que aqui está em causa. Quero, contudo, dizer-

vos, mais uma vez, que é uma obrigação legal. A Câmara não pode suportar estes custos sob pena de ficar sem candidaturas. Eu sei que, para algumas pessoas, que deitam dinheiro fora das candidaturas, não lhes interessa ficar com as candidaturas. Para nós, sabemos que, sem candidaturas, dificilmente um concelho, com um orçamento tão baixo como o nosso, nós conseguimos fazer alguma coisa. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Para concluir este ponto de antes da ordem do dia, eu vou passar a ler uma proposta de voto de pesar, que foi aprovada em conferência de líderes:-----

Foi com grande pesar que os membros desta assembleia municipal receberam, no passado dia 30 de março de 2024, a triste notícia do falecimento de José Luís da Silva e Almeida. O José Luís Almeida foi, durante muitos anos, membro da Assembleia Municipal de Sever do Vouga em representação do Partido Socialista e, também, líder da bancada do PS nesta assembleia. Foi um cidadão ativo na vida política do PS e na vida autárquica do concelho, procurando sempre consensos e entendimentos com os outros pares e partidos, sendo também um grande empreendedor e colocou sempre o desenvolvimento de Sever do Vouga acima de tudo. Quem privou e trabalhou com o José Luís destaca a sua vertente social e humanitária que merece profundo respeito e admiração, indo muito além das funções institucionais. É reconhecido como um homem de causas, um homem de bem e um amigo do seu amido.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de pesar à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores presidentes de Junta, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Neste primeiro quadrimestre deste ano, tenho testemunhado o empenho incansável por parte dos serviços e do executivo deste Município para criar um concelho mais coeso e atrativo. Cada pessoa desta equipa é fundamental no espírito resiliente de enfrentar as dificuldades e na busca de soluções, o que nos tem levado a ações concertadas e eficazes que alavancam o progresso e o desenvolvimento. Continuamos a apostar na realização de obras em vários locais do concelho. Realizamos a execução da repavimentação da estrada de Vila Fria ao Nicho, faltando apenas pequenos trabalhos de elevação de caixas de água, válvulas e condutas que em breve estarão terminados. Iniciamos os trabalhos de colocação dos colchões drenantes em vários pontos da Estrada de Silva Escura a Dornelas e encontram-se a ser realizadas as reparações dos muros que haviam sofrido danos nas intempéries. Foi adjudicada a obra da Zona Industrial da Decide. Retomamos os trabalhos na Rua da Arrota, com a realização de um muro de suporte de terras de forma a prepararmos o início dos trabalhos de pavimentação. Encontramo-nos a realizar os trabalhos de conclusão de alargamento da Rua de São Mateus. Continuamos a desenvolver a obra de alargamento na estrada de Irijó – Sanfins tendo-se já iniciado a execução de muros. No âmbito do Orçamento Participativo, decorre a bom ritmo a execução do projeto Couto Aventura, com a montagem dos equipamentos praticamente concluída. Ainda neste âmbito, foi concluída a requalificação do miradouro da Senhora da Penha. Estes equipamentos que nascem de ideias e contributos dos severenses, são uma mais-valia para o nosso território e promovem as características únicas da nossa natureza. Ainda que, a aposta nas infraestruturas e nas obras seja algo importante ao investimento no nosso concelho, é crucial que percebamos que o verdadeiro valor dos investimentos não está nas obras, nos números ou nas estatísticas, mas sim nas vidas que conseguimos transformar. Cada pavimentação, cada associação que apoiamos, cada empresa que ajudamos a fixar, cada criança ou jovem que cá é educada é fruto do investimento e do trabalho que realizamos diariamente, para criar

um concelho melhor para viver, para empreender e para lazer. E isso, nem sempre se faz com grandes ações ou obras. Trabalhamos com afinco na Estratégia Local de Habitação, submetemos as candidaturas e encontramos-nos a executar os procedimentos de empreitada. Esta é uma candidatura de € 4 000 000,00 que poderia estar em risco se este tarifário também não fosse atualizado. Participamos em parceria com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e com a Federação dos Caminhos de Santiago, na 33.^a edição da Bolsa de Turismo de Lisboa, no Parque das Nações. Para além do potencial de divulgação turística que este evento possui, é uma plataforma de network dos mercados. Ainda com vista à valorização do património material e imaterial concelhio, celebramos o Dia Nacional dos Moinhos. O Município dinamizou várias atividades de cariz cultural, com vista ao enaltecimento do património molinológico concelhio, através de ações que retomam as tradições e os costumes de outrora. Efetuamos parcerias com várias pessoas, associações e entidades para realizar esta iniciativa, que contou com algumas dezenas de crianças, jovens e adultos. Assinamos no dia 28 de março, o contrato para o desenvolvimento e coesão territorial, que operacionaliza a estratégia de investimentos territoriais da Região de Aveiro. A estratégia do Município na negociação dos investimentos territoriais integrados da Região de Aveiro permitiu cativar para o concelho investimentos de cerca de 5 milhões de euros em diversas áreas, tais como infraestruturas educativas, equipamentos desportivos, requalificação de equipamentos coletivos e espaços públicos, zonas industriais, infraestruturas verdes e eficiência energética. Temos vindo a desenvolver várias atividades no âmbito da promoção de uma vida ativa e saudável, para vários públicos: reiniciamos o programa de caminhadas mensais “Sever do Vouga a Caminhar”, mantemos o programa “Pequenos em Movimento” para crianças em idade pré-escolar, estabelecemos parcerias com a Associação de Futebol de Aveiro para receber no concelho duas iniciativas – *Walking Football* (para pessoas maiores de 55 anos) e a Festa do Futebol e futsal feminino (para meninas que frequentam o 1.º CEB) e assinalamos o Dia Internacional da Atividade Física com diversas iniciativas. De 21 a 24 de março, desloquei-me à cidade de Montmagny, para reforço da geminação e intercâmbio social e cultural entre territórios. Esta deslocação teve como objetivo articular com a atual comunidade portuguesa residente e com vários eleitos de Montmagny. Encontra-se em discussão pública da proposta de programa especial das albufeiras de Ribeiradio e Ermida, em resultado da publicação do Aviso n.º 6658/2024/2, de 27 de março. A respetiva proposta e o respetivo Regulamento de Gestão, encontram-se em discussão pública de 1 de 7abril a 14 de maio. No dia 3 de maio teremos uma sessão de esclarecimentos para todos s que desejem participar. A presença de todos, sobretudo daqueles que têm infraestruturas naquele local, é fundamental para esclarecimentos. Continuamos a encetar esforços junto da ULS da Região de Aveiro para melhorar as condições de resposta dos serviços de saúde no nosso concelho. Esta semana recebemos a boa notícia de que após todos os nossos esforços, a Segurança Social aprovou uma nova creche para 46 crianças da APCDI na escola do Cruzeiro em Pessegueiro do Vouga. Vamos continuar o nosso trabalho, conjuntamente com a APCDI e com o apoio da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, para que a abertura ocorra no mais prevê prazo possível. Foi com agrado que recebemos a comunicação do Senhor Presidente da Junta de Talhadas de que o terreno, já aqui mencionado e necessário para a construção da extensão de saúde de Talhadas, ficaria reservado para esse efeito. Quero, naturalmente, agradecer a todos os talhadenses, em nome da Câmara Municipal e julgo que em nome de todos do concelho, porque é uma infraestrutura que servirá todo o concelho e, naturalmente, aos elementos da Junta que, na última Assembleia de Freguesia, fizeram aprovar esta medida. Todos temos o dever de colocar as instituições e o interesse público em primeiro lugar, para conseguirmos, em conjunto promover o desenvolvimento do nosso concelho. Eu gostaria apenas de deixar aqui algo que eu aprendi muito cedo e que gostaria de deixar aqui algo que eu aprendi muito cedo e que gostaria de deixar a quem quiser entender. Nós não temos que gostar uns

dos outros para trabalharmos uns com os outros. As instituições devem prevalecer sempre acima dos nossos interesses pessoais. muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente da Câmara. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Boa tarde, mais uma vez. Esta comunicação escrita só pela por não informar esta assembleia do brutal aumento das taxas de resíduos sólidos urbanos. Senhor Presidente da Câmara, tenho duas coisas para lhe dizer. Primeiro, é preciso ter lata, quando chegou a esta Câmara, há dois anos atrás, uma das primeiras medidas que tomou, ter sido, enviar cartas com taxas de RSU acumuladas desde 2009 e menos de dois anos depois vir pela calada de um comunicado cheio de mentiras aumentar, em alguns casos mais de dez vezes, a taxa de resíduos sólidos urbanos. Segundo, é preciso ser muito insensível e do alto da sua burguesia ir ao bolso dos severenses mais desfavorecidos sacar dinheiro para pagar as extravagâncias desta Câmara. Depois, minhas senhoras e meus senhores, desculpem-me, mas a esmagadora maioria dos habitantes de Sever do Vouga ou têm animais ou cultivam uma pequena horta e grande parte do lixo doméstico ou alimenta esses animais ou serve para compostagem. Grande parte do lixo que aparece no contentor de resíduos sólidos urbanos é lixo que pode ser reciclado, mas os ecopontos escasseiam e esse lixo escusávamos de andar a pagar. Este devia ser o caminho, devíamos ir para o terreno sensibilizar as pessoas e devíamos aumentar o número de ecopontos. Senhor Presidente de Câmara, tenho aqui alguns exemplos: o Manuel tem uma reforma de € 450,00 e a esposa que está acamada tem uma reforma de € 400,00. Vivem sozinhos. e para além da medicação e das fraldas, as reformas para pouco mais chegam, mas como têm uma média superior a € 410,00 de rendimento cada um, não têm direito à taxa social. O Joaquim é cabeça de casal da herança da irmã que faleceu, há menos de um ano, e apesar da casa da irmã estar vazia, tem que pagar uma taxa de resíduos sólidos urbanos. É reformado, tal como a esposa, mas as duas reformas juntas não chegam aos € 700,00. Não levam lixo doméstico ao contentor pois as reformas são tão pequenas que eles cultivam tudo em casa e o lixo produzido alimenta os animais ou serve para compostagem. Tudo é aproveitado, tal como em muitos lares de famílias nas aldeias deste concelho rural. Mas, para além da taxa da casa da irmã paga também uma taxa de lixo que não produz. Estes são apenas dois exemplos e, dentro desta sala, estarão, de certeza, muito mais exemplos que demonstram a insensibilidade que este executivo teve na definição das taxas e na aprovação das mesmas. Vou terminar, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, até se percebia um aumento paulatino da taxa de resíduos sólidos urbanos se a recolha tivesse melhorado, até se percebia um aumento paulatino se não tivéssemos diariamente gatos a conspurcar os contentores abarrotados de lixo, até se percebia um aumento paulatino se esta Câmara primeiro desse o exemplo, se fizesse uma recolha eficiente, se disponibilizasse contentores suficientes e mais próximos dos domicílios, se disponibilizasse ecopontos suficientes e se criasse taxas sociais dignas. E, depois, sim. E, depois, podia pensar em aumentos, mas mais uma vez a precipitação, o descontrolo e a desorganização mostraram a vossa incompetência. Disse.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Sérgio Silva. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, eu pedia-lhe, uma vez que falou em legislação, que foi obrigado, apresente aqui a esta assembleia e aos presentes, qual foi a legislação que deu origem a essa tomada de posição e a essa ata. Ao contrário do que se diz aqui.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** pedia aos técnicos que colocassem o nível mais baixo quando falar o senhor António Dias.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, eu estou cá para moderar os debates. Se puder moderar o registo, todos agradecemos.-----

António Dias – Senhor Presidente da Assembleia, eu até pensei que tivesse mudado de Presidente da Assembleia, mas afinal. Senhor Presidente da Câmara, eu sei que o senhor

não gosta de ouvir isso e está aí a trocar mensagens com os seus amigos que é para depois me responder. Isso é bonito, o senhor está aí a olhar e a trocar mensagens com toda a gente que é para depois responder aos membros que vêm aqui falar e intervir. Isso é engraçado. Pelo menos, traga um portátil. Fica mais bonito do que estar aí com os telemóveis. Senhor Presidente, gostava que me apresentasse a mim, e aos presentes, a legislação que deu origem a esta medida. São 140%, ou cerca disso, de aumento. Senhor Presidente, é muito bonito, e agora eu percebo porque é que o senhor Presidente, na última reunião, em fevereiro, disse aqui, perante todos os presentes, algo do género “a receita do município ainda vai aumentar muito”. Pois vai, senhor Presidente. Era esta taxa que estava escondida. Senhor Presidente, deduzo agora que se estivesse a referir ao aumento dessa taxa. Eu gostava desse esclarecimento. Porque é que o senhor falou, há pouco, na AdRA? Os consumidores da AdRA não pagam todos igual. Uns são filhos e outros são enteados, será? Ou são enteados e filhos? Gostava de saber o porquê do centro da vila pagar sobre o consumo e o resto do concelho paga uma taxa fixa, com uma estimativa de 20 metros cúbicos de água, o que a maior parte das pessoas não gastam. Senhor Presidente, este é um pressuposto que, quanto a mim, está errado. Pelo menos, na minha freguesia, raramente tem uma família que gaste 20 metros cúbicos de água. Isto é uma vergonha. E, nas aldeias, a maioria dos resíduos é aproveitada para uso agrícola e agropecuário. Deixo uma sugestão ao senhor Presidente da Câmara, já que produzimos tanta caca, o executivo municipal que submeta uma candidatura. O senhor, há pouco, falou em candidaturas, que eram de € 15 000 000,00. Eu gostava de saber quantas é que já foram aprovadas. Se calhar, nenhuma. Apresente-as aqui. Envie-as aos membros que nós gostamos de saber. Já que tem tanta coragem, envie, porque o senhor depois não envia. Dou-lhe essa sugestão. Já que o senhor Presidente fala aqui em tantas candidaturas, ainda não vimos nenhuma, eu gostava que o senhor Presidente também apresentasse uma candidatura ao PRR que era para transformar essa caca em algo útil, por exemplo, energia, fertilizantes bio que até podiam potenciar o mirtilo de Sever do Vouga. Deixo, então, esta ideia de caca para quem a queira aproveitar, se o senhor Presidente a quiser aproveitar, é uma ideia gratuita.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não vamos baixar o nível do debate.-----

António Dias – Termino, dizendo que o município se deve sentir orgulhoso por a caca de Sever do Vouga ser mais cara do que a caca que produzem os habitantes de Aveiro. Já agora, senhor Presidente, Oliveira do Bairro, o senhor falou aí, desconheço o preço o que se paga em Oliveira do Bairro, mas têm ecopontos em casa. As pessoas deixam o ecoponto à porta de casa. Têm quatro ecopontos por habitação e passa uma camioneta do município para recolher esses ecopontos. Isso é que é trabalho. Se custar mais dez ou quinze cêntimos, é muito barato. A pessoa não tem que se deslocar e coloca o lixo naqueles dias específicos. Isso é que é trabalhar. Não é como os senhores. Os senhores entregaram isto a uma empresa, é lógico que vão pagar mais. Porque é que não mantiveram isto no município e pagavam muito menos? É muito mais fácil nós não termos responsabilidades. Quem paga? O Zé Povinho, que é o povo de Sever do Vouga. Senhor Presidente, agradeço que me explique porque é que os consumidores da AdRA não pagam todos sobre o consumo. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Rigorosamente, este tema já foi abordado no período de antes da ordem do dia, portanto, eu até compreendo que seja um ponto sensível, um ponto de interesse, mas há outros assuntos para discutir. Se me permitem a sugestão, vamos avançar no debate. António Monteiro, para não ser dois elementos do CDS, dava a palavra a Jorge Graça primeiro.-----

Jorge Graça – Mais uma vez, boa tarde a todos. Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Mesa. E para limpar aqui um bocadinho o ambiente, que já estou com vontade de tomar um banho, porque isto está, realmente, um bocadinho conspurcado. Nunca ouvi falar tanto de lixo. A verdade é que, se olharmos em termos percentuais, estamos a falar de valores muito altos, mas em termos de valores efetivos, penso que há

muito mais a fazer pela Câmara no sentido de ajudar as pessoas. Mas, não quero falar mais do lixo, nem é isso que me trouxe aqui. É sobre a informação escrita do senhor Presidente da Câmara. Dois pontos. Eu, como sempre tenho dito e manifestado, acho que a informação escrita é muito maçuda e o tempo que nós temos para ler os documentos todos que nos são enviados é curto. Eu sento-me sempre um bocadinho sobre alguns pontos que, para mim, são mais interessantes, nomeadamente na mensagem do senhor Presidente da Câmara, isso leio com alguma atenção, depois vou ler a parte das obras públicas e municipais e, também, a parte da proteção civil. E era sobre os dois pontos anteriores que eu referi que eu gostava de pedir algum acrescento à informação. Em relação às obras públicas municipais, continua a haver, infelizmente, a falta de aparecimento de obras novas. Isso é notório, mas o que eu queria referir, principalmente, era a quantidade de obras que ainda continuam suspensas e prorrogadas. Algumas arrastam-se muito no tempo. Foi agora aqui explicado as razões para uma delas, nomeadamente aquela da estrada das Arcas, mas acho que se abusa um bocadinho nas prorrogações e nas extensões dos prazos. Em relação à proteção civil, é muito caro para mim, eu acho que a informação foi muito vaga, a informação que penso que será do técnico Luís Outeiro, foi muito vaga e eu gostava, principalmente a partir desta fase, uma vez que estamos a entrar no período crítico, que houvesse uma informação mais clara, que fosse mais objetiva, no sentido de constar os pontos de água que estão acessíveis, principalmente aquela informação da rede viária não principal, ou seja, as estradas que não são asfaltadas, saber aquelas que estão transitáveis. Depois, penso que terei a oportunidade de estar presente quando for a reunião de apresentação do POM e farei alguma sugestão também nesse sentido. Mas, nessa parte, acho que a informação devia ser mais um bocadinho mais profunda. Contrariamente àquilo que digo, acho que nalguns pontos exagera com informação a mais. Mas, neste acho que está curto. Já agora, há bocado eu tinha pedido a palavra, o senhor Presidente vai-me permitir sair um bocadinho fora do âmbito da informação escrita, mas com é raro acontecer, não é situação única, mas é muito raro acontecer eu concordar quase na íntegra com aquilo que foi dito pelo senhor deputado António Carlos Monteiro no que respeita à primeira parte da sua intervenção. Eu subscrevo na íntegra. Acho que, às vezes, cria-se aqui um ambiente que eu não gosto. Não me sinto à vontade, não partilho do ambiente que aqui se cria e acho que concordo consigo. Subscrevo este apelo ao bom-senso de todos no sentido de manterem a elevação nas intervenções. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Jorge Graça. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado. Senhor Presidente da Mesa, Câmara, presidentes de Junta, deputados municipais e público aqui presente. Olhando para a informação escrita, e usando-a como ponto de partida, eu iria lembrar que, há anos, consta dessa informação escrita, um processo que foi levantado contra a Câmara de Sever do Vouga por estarem a ser despejados no Rio Vouga esgotos sem tratamento. Se puderem lembrar esse processo, está ainda aberto. Mas, é bom termos essa perceção, e eu agradeço as palavras do meu colega, Jorge Graça, há um ponto em que eu discordo dele, não em relação à forma como discutimos, mas em relação ao estar cansado de um determinado tema. A questão é que, às vezes, é muito fácil falar-se daquilo que é urgente e que é obra visível, que enche o olho, e esquecer-se aquilo que são questões muitas vezes fundamentais para a vida da comunidade, porque estão lá enterradas debaixo de terra ou passam-se de madrugada, como é o caso da recolha do lixo, e as pessoas não valorizam aquilo que é um serviço essencial para todos nós podermos viver com dignidade, com salubridade. E isto acontecer, quer na questão da água, quer na questão dos resíduos, e eu tive oportunidade de, mesmo dentro do meu partido com os meus colegas de partido, muitas vezes discutirmos e dizer-lhes qual é a visão de Lisboa, e quando digo Lisboa digo Governo Central, e tem oscilações políticas dependendo do governo que está a exercer funções, mas a tendência é a mesma. Essencialmente o que é que isto se traduz de impacto na vida dos municípios? Os municípios têm competências em matérias e água, tal como as freguesias

também, e resíduos. Especialmente nos resíduos. Mas, aquilo que, do ponto de vista da Administração Central foi a percepção de que os municípios, na realidade, procediam a um subsídio encapotado daquilo que é a despesa de ambiente, seja nos resíduos, seja na água, não realizam os investimentos necessários, nomeadamente em saneamento. Mesmo no abastecimento chegaram a ser públicos, e estamos a falar de perdas superiores a 50% da água entre a captação e a chegada à torneira da casa das pessoas e, por isso, a Administração Central optou por “nacionalizar” esse negócio. E foi assim, e é assim que é entendido. É como um negócio. São empresas públicas controladas pelo Ministério do Ambiente que, quer em matéria de águas, quer em matéria de resíduos, gerem o negócio. As câmaras até têm uma participação minoritária, foi retirada até aos representantes das câmaras a possibilidade de serem administradores executivos. Dantes, as câmaras conseguiam indicar um administrador executivo. Neste momento, não têm nenhum administrador executivo. Isto é importante ter a noção porque este preço que é fixado aos municípios é fixado por uma empresa pública controlada pela Administração Central e que fixa este custo aos municípios. E aquilo que o município fixa é uma tarifa. O que é que é uma tarifa? Não é uma taxa, como aqui já foi dito. Não é uma taxa porque, se fosse uma taxa era proposta pela Câmara, debatida na Assembleia Municipal e nós podíamos discuti-la aqui. O que é que é uma tarifa? Uma tarifa é uma verba que obrigatoriamente tem que ser entregue à entidade. É uma conta autónoma, aliás, a lei até prevê consequências no caso de as autarquias reterem essas verbas. Neste caso, com a fatura da água a questão não se coloca. Mas, vejam bem como se monta o negócio. O abastecimento, o tratamento e, chama-se a isto fechar o ciclo da água e na matéria dos resíduos também a questão do tratamento e aquilo que é o valor imposto. Depois, a questão que se pode, eventualmente, discutir é como é que se reparte este esforço. Agora, eu pergunto o seguinte, o custo efetivo do tratamento, se fosse para ser repercutido face àquilo que é o custo real, quanto é que custa levar os resíduos de uma povoação que tem maus acessos, por exemplo, a Macida. Quanto é que custa levar até à estação de tratamento e que quantidade é que tem que ter para garantir a economia de escala? Essa repartição do esforço eu admito que se discuta, é perfeitamente possível discutir isso. Agora, convém alertar para que, nessa repartição do esforço estivermos a falar do custo efetivo. Provavelmente, aquilo que acabaremos por fazer é penalizar aquilo que são as comunidades, os lugares, as freguesias que estão mais distantes do centro onde existe maior economia de escala, onde existem prédios. Portanto, para se fazer essa avaliação, é bom que se apresentem números que nos expliquem com é que se faz uma repartição justa do esforço porque eu compreendo, perfeitamente, que alguém de Sever me dissesse “porque é que eu estou a pagar para o camião ir até Dornelas ou ao Couto”. É um bom exemplo porque, quanto mais distante mais se consome em combustível. O que eu estou a dizer é que aquilo que temos é a obrigação de repercutir no custo efetivo no município e a obrigação de repercutir o custo efetivo no município é passível de olharmos e discutirmos a justiça dessa repartição. Mas, é preciso ter cuidado quando se vem aqui reivindicar e aquilo que pode acontecer é, se calhar, a conclusão a tirar é exatamente a oposta, que se calhar até é razoável a repartição do esforço. E, portanto, quando se fala neste “negócio” da água e dos resíduos, é bom termos a noção que existe uma máquina nacional, regulada pela ERSAR, que não deixa à autarquia grande margem de manobra, mas é possível, obviamente, fazermos essa discussão, podemos discutir valores, podemos ver o que é que é razoável. Agora, acho importante é que se faça uma discussão com factos e com rigor de forma que não se utilize aquilo que é uma obrigação do município que contra aquilo que depois pode ser exatamente a população que nós queremos proteger. É este alerta que eu gostaria de deixar. A preocupação que temos e que manifestamos e que achamos que as pessoas têm toda a razão, mas temos que medir as consequências para não se virar contra quem defende uma mudança àquilo que pode ser uma mudança exatamente no sentido errado. Este meu conselho fica, este meu alerta fica porque eu tenho a noção muito clara daquilo que é a vontade da Administração Central, foi dada como direção e as consequências que essa

atuação tem na vida das pessoas, mas que tem na vida das pessoas porque é imposta centralmente aos municípios. É verdade, há consequências. Os municípios que, por exemplo, no início fizeram um investimento em matéria de saneamento e tratamento, aproveitando verbas comunitárias, a partir de determinada altura, nomeadamente a partir do plano estratégico de água e saneamento II, PEAASAR II, que começou em 2006, salvo erro, a instrução que houve foi que nem vai mais um tostão para os municípios fazerem investimento em água e saneamento, todos os recursos financeiros da Europa e da Administração Central são para a empresa pública no grupo Águas de Portugal, que depende do Ministério do Ambiente, e os municípios têm que entregar as águas e o tratamento de águas a esta entidade sob pena de ficarem sem apoio de verbas comunitárias. E isto está em todos os papéis disponíveis, basta ler o plano estratégico desde essa data e a estratégia não mudou. Portanto, quem tiver curiosidade pode fazer a pesquisa e perceber que foi esta a estratégia seguida. É bom termos esta noção porque eu percebo que haja vontade de defender os nossos, é bom termos a noção de qual é a margem que temos para os defender. É bom que tenhamos a noção da proibição, por exemplo, de haver subsidiação, por parte dos municípios, àquilo que é o tratamento de águas residuais ou de resíduos sólidos urbanos que foi definida, nomeadamente, pela ERSAR. E essa definição tem anos. Depois, há um momento em que chegamos à parede e já não é possível ultrapassar, mas esta instrução da ERSAR tem anos. Os municípios foram esticando a corda o que puderam, mas há um momento em que não é possível mais e essa opção tem que ser uma opção clara. A opção é incumprir com a instrução da entidade reguladora? É a mesma coisa que dizer que a EDP resolve que não cumpre com a decisão da ESRE, a entidade reguladora da energia. Estamos a falar de uma empresa muito grande, pode perfeitamente ir para tribunal litigar contra essa posição, mas aqui neste caso, informados pelo senhor Presidente da Câmara até percebemos que a providência cautelar que foi intentada por algumas câmaras não teve sucesso. Mas, é uma disputa que temos que ter a noção que se se entender que vale a pena fazer, as pessoas têm que ter noção das consequências dessa mesma disputa e das opções que são tomadas. E, por isso, voltando a citar Jorge Graça, eu não estou cansado de discutir estes temas porque eu acho que estes temas são temas fundamentais do ponto de vista da nossa vida enquanto comunidade e das autarquias locais. Às vezes, o que houve foi discussão a menos e as pessoas foram levando com as medidas e com as decisões todas que foram tomadas centralmente e que, só confrontadas com o recibo da água é que depois veem qual é a verdadeira realidade e que as decisões foram tomadas de forma muito distante têm impacto direto na sua vida. E é verdade. A lei continua a dizer que as autarquias têm competências nestas matérias, mas a Administração Central tem vindo, por via legislativa, a tentar cortar as pernas àquilo que é estas atribuições das autarquias e isso é facilmente constatado perante aquilo que tem vindo a suceder nesta área do negócio da água e dos resíduos. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, António Monteiro. Não tenho mais intervenções, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara se achar responder a alguma questão.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor António Dias, só para lhe dizer que eu estava ao telemóvel, de facto, porque o Eng.º Pedro Teixeira, da Paviazeméis, acabou de me enviar o contrato das obras complementares, de € 70 000,00, que o município vai ter que gastar pela sua total incompetência no que diz respeito a abrir uma vala para passar um tubo. O senhor tem que perceber que pode mandar em sua casa, em mim não manda.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos acabar com o diálogo...-----

Presidente da Câmara Municipal – Apenas para dizer que, mais uma vez, relativamente ao lixo, o que está em causa não é a recolha. A Câmara na recolha, e ao ter celebrado contrato com a Luságua, consegue poupar dinheiro face àquilo que existia anteriormente. O que está em causa é o tratamento dos resíduos e esse tratamento é que tem aumentado exponencialmente desde 2021 e a Câmara aguentou até onde pôde e, neste momento, tal e qual como nas outras câmaras, foi-lhe imposta esta obrigação e a providência cautelar que

foi interposta pelos outros municípios não deu seguimento, portanto, não nos restou nenhuma alternativa do que fazer isto. Quero, também, deixar claro, como disse, que os valores apresentados aqui, que eu apresentei, foram valores apresentados pelos nossos serviços e que são valores corretos. Senhor membro da assembleia municipal, Jorge Graça, sobre obras, nós temos lançado muitas obras novas. É evidente que, como todos os municípios, tem tido uma série de problemas com os empreiteiros, mas as coisas agora até parece que estão a ter algum andamento. Por exemplo, em Pessegueiro, avançamos com a pavimentação da carpintaria de quem vem da zona de São Mateus, que já tinha sido pavimentado por nós até à carpintaria e da carpintaria até ao Cruzeiro, com a pavimentação da Rua de Paredes de Cima, da Rua de Paredes de Baixo. Temos um projeto que vai ser lançado agora, em breve, para o largo da Emília, a Rua dos Mortologos, o chafariz em Sóligo. Em Rocas, avançamos com a Rua das Vinhas e a Rua Central. No Couto, avançamos com a Rua da Alinhada, uma obra de quase € 140 000,00, que é uma necessidade para levar, por exemplo, os turistas à zona de fruição que, já agora, é a Câmara que toma conta. Em Cedrim a Paradela, a Rua da Regada, Fontelas de Cima. As obras que a Junta está a fazer é com o apoio da Câmara Municipal. O senhor José Sousa fará, certamente, mais obras durante estes anos, com este executivo, do que fez nos outros anos todos, na sua Junta. Estou certo disso. E haveria muito mais, aqui em Sever, desde o estacionamento do CAE, desde o Largo da Ermida que vai ser agora avançado, uma série de obras. Já agora, falava-se sempre em sinalização horizontal e vamos avançar com a sinalização horizontal desde a ponte do Poço de Pessegueiro até cá cima à rotunda do centro escolar. Já está adjudicada a sinalização horizontal da E.N. 16. Vamos avançar com a sinalização horizontal da E.N. 333, portanto, obras não faltam. Eu penso que fui suficientemente esclarecedor sobre os pontos que me disseram.-----

3.2 Oferta de Bandeiras às Juntas de Freguesia: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a oferta de uma bandeira nacional a todas as juntas de freguesia do concelho.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para introdução do ponto.-----

Presidente da Câmara Municipal - Esta proposta nasce de um pedido do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, a solicitar esclarecimentos sobre se a Câmara Municipal poderia fornecer bandeiras às Juntas. Analisada a questão e ponderado o enquadramento, considerando que estamos a assinalar a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, apresentamos esta proposta para oferta de uma bandeira nacional a todas as juntas de freguesia.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo dado a palavra a António Dias.-----

António Dias – Senhor Presidente da Câmara, eu pedia, se fosse possível, e já o pedi por escrito, as juntas não têm o vosso brasão e eu gostava que o senhor Presidente fizesse umas poucas de bandeiras e distribuisse pelas juntas de freguesia porque elas estão a ficar todas rotas e rasgadas por estarem ao tempo. Portanto, senhor Presidente, se fosse possível, faça pelo menos para as juntas de freguesia umas poucas de bandeiras, porque também não é um grande valor, e entregue-as às juntas porque as juntas não têm o seu brasão, ou seja, nós podemos mandar fazer, mas pode não ter a pigmentação correta. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Dias. Não há mais intervenções. O senhor Presidente da Câmara quer responder a esta dúvida do senhor Presidente da Junta de Talhadas?-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim, até porque foi a primeira coisa que ele disse que eu percebi hoje. Com este tom consigo perceber.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos avançar, senhor Presidente.-----

Presidente da Câmara Municipal – Claro que sim, senhor António Dias. É sempre um prazer nós podermos colaborar de forma civilizada com as juntas de freguesia e com a

Junta de Freguesia de Talhadas. Portanto, já na próxima assembleia municipal iremos propor que venha, também, esta doação das bandeiras do município. Muito obrigado.-----
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por unanimidade, a oferta de uma bandeira nacional a todas as juntas de freguesia do concelho, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

3.3 Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga: - Atenta a necessidade de criar um Conselho Municipal de Saúde, no âmbito da transferência de competências na área da saúde, e de acordo com o estabelecido no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, os líderes de bancada propuseram o senhor Fernando Pereira Rodrigues como membro do conselho e em representação das freguesias do município. Procedeu-se ao ato eleitoral, por escrutínio secreto, tendo a proposta obtido a seguinte votação: Sim – vinte e três votos; em branco – quatro votos. De acordo com a votação foi efetuada a designação do Presidente de Junta, Fernando Pereira Rodrigues, como membro do Conselho Municipal de Saúde de Sever do Vouga em representação das freguesias do município, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.-----

3.4 Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição – 2023: - Foi apresentado o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição – 2023.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-
Presidente da Câmara Municipal – Apresentamos para vossa apreciação o terceiro Estatuto do Direito de Oposição deste mandato. Trata-se de cumprimento de um normativo legal muito importante e que respeitamos.-----
A Assembleia Municipal, tomou conhecimento. -----

3.5 Prestação de Contas de 2023: - Foram submetidos à apreciação do órgão deliberativo os documentos da Prestação de Contas de 2023.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – O presente relatório e contas analisa os três subsistemas da contabilidade previstos no Sistema Contabilístico vigente, para o ano de 2023. Falarei apenas de algumas situações que considero mais pertinentes. O município, no final de 2023, conta com 191 colaboradores, sendo que com estes recursos humanos tivemos despesas no valor de 4 milhões de euros. As Receitas liquidadas foram de 14,1 milhões de euros, superiores em 3% relativamente ao ano anterior. A receita principal é as transferências correntes e de capital previstas do orçamento de estado, correspondendo a cerca de metade desse valor. Em termos globais a execução da receita atingiu os 91%, percentagem bastante melhor a do ano anterior, onde só tínhamos atingido os 80%. Relativamente às despesas pagas estas ascenderam a 12,8 milhões de euros, superiores em 11% relativamente ao ano anterior. As principais rubricas de despesa foram as despesas com o pessoal; a aquisição de bens e serviços e as aquisições de bens de capital, estas últimas com um aumento de mais de 1 milhão de euros, mais de 56% em relação ao ano anterior, o que reflete uma boa execução em obras de construções e infraestruturas e na aquisição de equipamento de transporte (autocarro elétrico). Em termos globais a execução da despesa atingiu os 83%, percentagem bastante melhor a do ano anterior, onde só tínhamos atingido os 67%. Quanto ao equilíbrio orçamental, em 2023, o valor foi de 1,8 milhões de euros, valor bastante favorável e semelhante ao ano de 2022. O prazo médio de pagamentos cifrou-se no final de 2023 em 11 dias, prazo bastante bom, o que reflete o bom desempenho que temos tido com os nossos fornecedores e credores. De evidenciar, ainda, o ganho de 12 dias em relação a ano de 2022. O resultado líquido do período continua negativo. Este valor justifica-se com o valor dos gastos de depreciação/amortização que influencia negativamente esse resultado. Apesar do aumento dos valores de pessoal, fornecimentos e serviços externos e a transferências para as freguesias, no âmbito das transferências de competências assumidas, o resultado operacional foi positivo em 335 mil euros. Este valor reflete um aumento de 424% em relação ao ano de 2022, e também o

cuidado que o executivo teve na gestão mais rigorosa dos gastos e dos rendimentos obtidos. Certificação legal de contas de 2023 – Município de Sever do Vouga – concessões - vamos evidenciar esforços internos e com possível ajuda a serviços externos, para que junto das entidades concessionárias de águas e saneamento (ADRA) e da rede de distribuição de energia elétrica (E-Redes), durante o ano de 2024 e seguintes o reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações das concessões seja realizada nos termos do SNC-AP. Património municipal - apesar dos esforços desenvolvidos e dos ajustamentos realizados nos últimos anos, ainda não foi possível garantir a plenitude e a mensuração dos ativos incluídos na rubrica dos Ativos fixos tangíveis. Dada a dimensão, natureza e complexidade da mensuração e inventariação deste tipo de ativos, vamos trabalhar internamente e também recorrendo a serviços externos, para que seja possível colmatar esta debilidade existente. Subsídios ao investimento - apesar dos subsídios ao investimento estarem a ser reconhecidos no património municipal e neste sentido a serem reconhecidos em rendimentos aquando da amortização, a limitação da reserva relativa à globalidade do Património Municipal acaba por refletir esta reserva. Informação dos advogados - este ano foi melhorada e enviada informação jurídica/processual para a empresa de auditoria por parte da empresa responsável pelos serviços jurídicos. Apesar disto, a informação enviada ainda não foi suficiente, pelo que este ano iremos trabalhar essa informação com ajuda dos nossos serviços jurídicos. Saliento que o município nas suas contas refletiu uma provisão de 28 mil euros, dado que em 2023 existiu um grande valor de reversões. Propriedades de investimento - no ano de 2023 foram necessárias efetuar reclassificações contabilísticas dos prédios da Vougapark, Praia Fluvial Quinta do Barco, Casa Quinta do Barco e Estação de Paradela, que transitaram de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento. Esta reclassificação para a conta Propriedades de Investimentos, obriga, pelo menos, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 8 à divulgação do seu justo valor. A determinação deste justo valor terá que ser forçosamente executado por sujeitos/entidades com competências técnicas para o realizar. Dado o timing desta reclassificação, não foi possível efetuar esta avaliação e, por conseguinte, a sua divulgação. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo concedido a palavra a António Dias.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. Senhor Presidente, em relação à prestação de contas, mais uma vez, verificamos que os orçamentos têm sido empolados na receitas e contraídos na despesa. Em relação ao orçamento para 2023, o orçamento para 2023 contemplava uma receita orçamental de € 14 101 497,61 e, em termos de despesa, € 12 796 426,56. Isto não corresponde mínimamente à realidade porque, em termos de receita líquida, ou seja, rendimentos recebidos e gastos, efetivos, isto não tem lógica nenhuma. Porquê? O orçamento está irreal. É um orçamento alto para a receita que nós temos. Significa isto que, para uma receita orçamental de € 14 000 000,00, só recebíamos € 11 000 000,00. Para uma despesa orçamental de € 12 796 000,00, na realidade tivemos € 13 294 000,00. Significa isto, que já desde 2020, portanto, em 2020 a Câmara teve € 180 000,00 de prejuízo, resultado líquido do exercício, em 2021 € 710 000,00 de prejuízo, em 2022 € 2 441 000,00 de prejuízo e, em 2023, € 2 236 000,00 de prejuízo e eu pergunto, isto é para continuar assim? Isto é que faz com que a Câmara tenha que, entre aspas, ir procurar receitas. Seja tarifa, seja taxa, seja o que for. Ouça, agora é mensagens para quem? É para me enviar?-----

António Dias – O que se passa é que este município entregou tudo a terceiros, deixando de poder controlar as despesas, ou seja, é mais fácil a quem está a liderar o município ter duas ou três empresas externas. Uma recolhem o lixo, outras controlam a água, outras controlam o saneamento e isso encarece. E, depois, deixa de haver trabalho para os severnses. As pessoas esquecem-se disso. Quem lidera é muito mais fácil, não tem trabalho. Por outro lado, quem paga é os municípios. Quem está lá fora, quem tem uma

casa e por aí fora, as despesas correntes paga-se tudo. Senhor Presidente, eu pergunto, já que está com vontade de falar, se já recebeu uma mensagem com a conclusão das obras da estrada da Arrôta, da estrada de Silva Escura a Dornelas, do canil municipal, dos parques infantis, da estrada da Macida. Se já recebeu, agradecia que comunicasse aqui a todos os presentes. Senhor Presidente, voltando ao orçamento, uma vez que o orçamento tem sido empolado em termos orçamental, na realidade, como é óbvio, é prejuízo atrás de prejuízo, portanto, não vale a pena porque o resultado líquido do período, que eu saiba, em todo o lado é o prejuízo ou o lucro. O senhor é engenheiro civil, mas de contas, a não ser que lhe mandem uma mensagem, desculpe, o resultado líquido é igual em todo o país. Senhor Presidente, terminando, em termos de certificação legal de contas, que é o que também interessa, e estamos aqui a votar um documento que somos nós os responsáveis por esta votação eu pergunto, há aqui uma série de reservas. Senhor Presidente, isto não é para corrigir? Insuficiente informação prestada pelas concessionárias acordos de execução – uma reserva. Segunda reserva – não dispõe de um cadastro de ativos fixos tangíveis atualizado e devidamente detalhado. Eu pergunto, isto não é para corrigir? Terceira reserva – informação insuficiente para concluir sobre a razoabilidade dos saldos relacionados com subsídios de investimento. Sabem o que é isto? É as tais candidaturas de que o senhor Presidente fala. Estão aqui. Outra reserva – informação obtida por parte dos advogados é insuficiente permitindo avaliar e concluir sobre eventuais responsabilidades que o município possa vir a incorrer relativas a processos judiciais em curso, ou seja, isto não está devidamente salvaguardado e o auditor teve o cuidado de colocar aqui. Última reserva – não foi apurado o justo valor dos imóveis classificados em propriedades de investimento. Porque é que isto não foi devidamente apurado, senhor Presidente? Porque é que isto não está correto? Porque é que o auditor se salvaguarda nisto e atira para cima de uma assembleia que a maior parte de nós não estamos aqui para as contas. Aliás, três ou quatro pessoas aqui dentro é que são dessa área. Somos nós que temos que atestar o que o auditor não justifica? Somos nós? Isto está lá. Eu transcrevi *ipsis verbis*. E ainda, senhor Presidente, diz o auditor uma ênfase que ainda é pior – “conforme divulgado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a entidade procedeu à correção de diversos erros materiais por contrapartida da rubrica resultados transitados, não tendo procedido à reexpressão das contas de 2022 apresentadas como comparativos por considerarem não ser possível determinados efeitos específicos e os efeitos acumulados dos erros”. Eu pergunto, eu vou votar a favor disto? Desculpem, eu, com isto, nunca a favor. Isto é uma responsabilidade muito grande para uma assembleia. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – David Alves, tem a palavra.-----

David Alves – Excelentíssima Mesa, excelentíssimo executivo, membros da assembleia, senhores presidentes de Junta, público em geral. Estamos a falar do relatório e contas. Isto é para os doutores, não é bem para mim, mas vamos lá ver se eu consigo safar-me com isto. Eu estive a ler a ata, a certidão que mandaram, a qual diz que as contas foram aprovadas por unanimidade. Portanto, todo o executivo aprovou as contas. A intenção do PS votar favoravelmente as contas é evidente que dá a liberdade de voto a cada um dos seus membros para votarem conforme entenderem. Estive a ler um bocadinho disto a ver se tinha por aqui algumas gaffes tremendas. Não creio que tenha, porque nem os auditores, nem os técnicos do município são dependentes do poder político. Fazem o seu trabalho como também faço o meu e todos faremos o nosso quando estamos a analisar as contas. Algumas notas que tirei. Demonstração de desempenho orçamental, nas receitas, na receita corrente, acho que não me engano, mas foi executada em 90%. Quer dizer que, a nível da receita, eu preferia que fosse 120%, mas não sendo possível, que se aproxime dos 100% que acho que é sinal que o orçamento teve alguma ponderação porque é feito com as receitas e depois é que é feita a despesa. Na receita corrente, a receita dos impostos diretos, IMI € 1 037 000,00, derrama € 48 000,00, IMT € 302 000,00, IUC € 353 000,00. Isto em impostos diretos. Isso quer dizer que temos um aumento, relativamente a 2022, de

€ 25 000,00. A receita mantém-se, mais ou menos, igual, quanto mais não seja pelo valor das avaliações das casas, ou pelas casas recentemente construídas. Temos também na venda de bens e serviços um aumento de € 215 000,00. Na despesa corrente temos custos com o pessoal, que são custos correntes sem contar com o valor dos encargos sociais, no valor de € 569 000,00 e os encargos sociais que são de € 200 000,00 que tem a ver, acima de tudo, com a transferência de competências, julgo eu, e com os aumentos porque, para esta casa, o salário mínimo nacional, de certeza, tem um impacto muito grande. Portanto, um desempenho de 90% acho que é razoável. Na despesa corrente, eu achei que o desempenho ia ser muito baixo. Nas minhas contas, foi de 74,61% o desempenho relativamente à despesa que estava orçamentada, ou seja, ficámos abaixo da meta que se propunha. Isto tem a ver com a não realização de despesa de investimento que ficou aquém do esperado. Tenho também uma nota para as PPI. Há um valor a menos de quase € 500 000,00. Há uma redução de € 424 000,00 que se vai refletir por mais exercícios. Depois, fui ao balanço. No balanço, verifiquei que o valor em caixa de depósitos bancários € 2 121 000,00. Não sei, o senhor Presidente continua a dizer que não tem dinheiro, acredito que não tenha, mas, pelo menos, eu olho para a despesa corrente, ou seja, o passivo corrente são € 4 404 000,00. O ativo corrente são € 4 856 000,00. Temos um diferencial de cerca de € 400 000,00 em que a Câmara dispõe de valores para pagar a dívida total, não e a dívida corrente. Portanto, o total do passivo incluindo os empréstimos bancários que já utilizou € 4 404 000,00. O ativo corrente € 4 856 000,00, ou seja, temos todo o nosso património disponível para o município. É evidente que o património não se vende, infelizmente, mas é uma boa nota. Depois, na parte da demonstração de resultados, verifiquei que o resultado antes de prestações e financiamentos são € 335 000,00 positivo e eu aqui provavelmente não estarei muito de acordo com o membro da assembleia, senhor António Dias, porque os municípios não são feitos para dar lucro. As juntas de freguesia não são feitas para dar lucro. São para cumprirem os orçamentos que são aprovados, mas nunca são feitos em função do lucro. Se uma câmara municipal desse lucro, portanto, vejam só uma conta que está aqui – gastos em amortizações € 2 536 000,00. É um valor que não é um gasto. Advém de um investimento que, depois, se transforma num gasto. É evidente que o valor é como se fosse uma renda que tivéssemos de pagar. Se nós não investíssemos nesses bens, teríamos de pagar uma renda por esses bens. Mas, o resultado operacional são de € 335 000,00 positivos. No ano de 2022, o resultado operacional era de € 64 000,00. Uma coisa que me chamou à atenção foi a parte de imparidade de dívidas nas contas. A imparidade de dívidas a receber foi feita uma imparidade de € 206 000,00, ou seja, nós já tínhamos uma dívida em imparidades e o que é uma imparidade, é, à partida, uma ativo que temos e que, dificilmente, vamos converter em dinheiro, é a chamada dívida incobrável. Para mim, neste ponto deixa de ser uma imparidade e passa a ser incobrável. Nós tínhamos € 412 000,00 de dívidas em imparidade. Reforçámos em € 335 000,00 neste exercício e conseguimos realizar ou receber € 129 000,00. Isto dá um aumento das reversões em € 206 000,00. E a parte que me preocupa um bocadinho é isto, é dizer assim, o município é uma entidade de boa-fé, manda as contas para pagar, tem os valores a receber e, depois, há sempre alguém que não paga, esquece de pagar. Se possível, o município, e é apenas uma opinião, deverá sobre estes devedores tomar outras medidas porque corre o risco de ser mesmo incobrável. Depois, na parte dos empréstimos obtidos já temos € 1 750 000,00 em contratado, mas utilizado à data de 31 de dezembro, zero. Ainda não utilizámos, mas já estamos a pagar juros. Relativamente ao relato do Revisor Oficial de Contas, tem umas ênfases e algumas reservas. As reservas já vêm de há muito tempo e que se mantêm que é, nomeadamente, os ativos, a avaliação dos ativos. Há aqui uma ou duas notas novas que é o caso dos processos em contencioso, do lado do risco, da previsão que temos no caso de perdermos essas, não há estimativa fiável para esse custo. Na parte dos imóveis classificados em planos de investimento, atenção que é o justo valor. E aqui é que está a questão. Portanto, quem é que avalia património, mesmo às propriedades de investimento, ao justo valor? Não é fácil. Custa dinheiro. Ninguém

trabalha de graça. Às vezes, é preferível termos ao valor de custo, e deixar estar conforme está, do que cobrirmos a norma que está e passá-los para o justo valor. Uma ênfase que eles têm sobre o valor que colocaram na conta 59, normalmente costumam ser valores expressivos. Os ajustamentos que se fazem na conta 59, os dados transitados, têm a ver com o montante com o montante em si. Quando eles são pequenos vai para a exercícios anteriores e afetam o próprio exercício, quando são de grande monta, vão para provisões patrimoniais. O ajustamento nos subsídios poderá ser por estarem já dotados anteriormente e não ter sido recebidos, não sei qual foi o motivo. Mas, provavelmente foi valores que estavam na conta 59 lançados como sendo valores a receber e que depois foram recebidos a menos ou não foram recebidos. O valor em si ainda é de 300 ou 400 mil euros que temos aqui de ajustamentos. Por isso, essa ênfase e bem. Mas, o revisor, salvaguardando a posição dele, diz que tirando isso, e tirando o que está mal e o resto está tudo bem. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, David Alves. António Dias, tem a palavra. Já agora, eu gostei da explicação de David Alves que nos deu sobre estas contas porque, como foi dito, também pelo António Dias, e é verdade, nesta assembleia penso que só duas ou três pessoas estarão verdadeiramente capacitadas para analisar estes documentos e já, em tempos, também apelei ao município que a assembleia municipal devia dispor de uma assessoria para este trabalho porque isto é de muita responsabilidade e eu confesso a minha incapacidade para analisar estes documentos como deve ser. Quando digo eu digo, se calhar, a maior parte das pessoas. Isto é só um aparte. Também não era má ideia termos alguém para introduzir este ponto para que todos os membros desta assembleia ficassem devidamente esclarecidos,-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Eu vou responder ali ao senhor David Alves. Senhor David, o senhor falou, e muito bem, que custava muito dinheiro corrigir algumas destas ênfases. Se houve dinheiro para as auditorias, para isto era mais fácil e era mais justificado e, se calhar, custavam menos dinheiro do que custaram as auditorias. Primeira achega. Segunda achega – está errado, deve-se corrigir. Não é deixar andar. Isso, se calhar, foi o que foi feito durante estes anos todos e chegamos a este ponto. E, se calhar, nunca for corrigido vai “ad eterno”. Senhor David, falando aqui do que o senhor falou, e o senhor sabe que, se fosse, com a exceção de três ou quatro empresas do concelho, a empresa falia com estes resultados. Não tenho dúvidas nenhuma. Senhor David, eu vou-lhe explicar, porque o senhor David não falou de tudo e eu sei que na tarifa do lixo votou PSD e PS. Eu sei. Vocês são amigos, até se juntam e tudo. Ora bem, senhor David, deixando agora a brincadeira, sabe porque é que a Câmara não está em incumprimento? Porque o anteriores executivos têm lá de reservas € 1 391 000,00 e está de resultados transitados € 21 000 000,00. Significa que isto deu lucro, se não, não estavam cá. Correto? Confirma? É que se isto, neste momento, estivesse com resultados transitados negativos, sabe o que é que dava, não sabe? É que, se calhar não havia empréstimos para ninguém, não havia nada. Era só isso. E, depois, o senhor desvalorizou? E o senhor sabe que não desvaloriza, que é um gasto. Sabe o que é uma classe seis, não sabe? Uma conta seis? As depreciações? Os edifícios têm uma durabilidade, precisam de manutenção. Essas depreciações é para isso. Uma viatura ligeira, e o senhor sabe, são quatro anos para depreciar, não são? São estas depreciações que o senhor sabe, que eu sei que o senhor sabe, mas que não quis dizer. E sabe que estão aqui 2 milhões e tal de depreciações e sabe que os edifícios, de x e x anos, vão precisar de manutenção, que é 2% ao ano, não sabe? Sabe. E, se calhar, estão muitos a precisar de depreciações e de obras e este dinheiro que está aqui é para salvar isso. Portanto, o resultado líquido não é operacional, é o resultado que isto deu, é o prejuízo. Deu € 2 441 000,00 de prejuízo. As câmaras, e seja quem for, também têm as depreciações ou o edifício, “ad eterno”, durava duzentos anos sem obras. Isso era fantástico. As viaturas até davam 50 anos sem manutenção. O senhor pode dizer o que quiser. O resultado líquido do período, em todo o Portugal, foi € 2 441 000,00 de prejuízo e já foi em 4 anos seguidos.

Eu não fui ver para trás, porque não fazia parte. E o que salvaguarda estas contas, senhor Presidente, é o que está cá de reservas que vêm dos mandatos anteriores, são € 21 000 000,00 de resultados transitados e mais € 1 000 000,00 de reservas. E é aí que vai alavancando esta economia. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Precisamos mesmo de alguém que preste assessoria. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu até compreendo que o senhor David Alves venha aqui dizer que os municípios não são para dar lucro. Se fosse o PSD ou o CDS a dizerem esta afirmação, seria um bocadinho mais estranho. É normal que o partido de esquerda assim o pense. Não dispenso a si, mas acho que está incompleta a sua afirmação. Os municípios não são para dar lucro, mas servem para criar melhores condições de vida aos cidadãos e, pelos vistos, e pelo que se vê aqui nesta assembleia, não é o que se passa em Sever do Vouga. Apesar das reservas que o auditor escreveu neste relatório, eu mesmo assim, fico alarmado com elas. Também algumas questões, principalmente, financeiras que já falei aqui ao longo dos últimos dois anos e meio que há aqui alguns buracos que se estão a criar escusadamente. Aí admira-me. Estamos a falar de uma câmara de coligação de direita, PSD/CDS, mas vou ser coerente ao que disse no início deste mandato e não é por mim que este executivo, ou esta coligação PSD/CDS deixará de trabalhar e anuncio já de que me ou abster neste ponto. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Jorge Graça.-----

Jorge Graça – Renovo os cumprimentos a todos, na pessoa do senhor Presidente, novamente. Como muito se usa dizer, eu não sou jurista e também não sou contabilista, portanto, nesta área não me meto muito. Mas, fui aqui, ao fim e ao cabo, provocado porque continuam aqui, e quero fazer a ressalva em meu nome pessoal, eu sou apartidário e continua a haver provocações aqui no sentido de fazer política partidária aqui dentro, inclusive algumas provocações em termos do PS. Sou, efetivamente, do partido da oposição, mas sou de uma oposição construtiva e quero aqui dizer aos meus colegas que sinto muito orgulho na intervenção que foi feita por David Alves que teve o cuidado de explicar a quem não percebe as contas. Eu fiquei mais elucidado do que aquilo que estava no início. Eu tenho muito orgulho nos meus colegas todos porque nós tentamos fazer uma oposição construtiva. Já foram hoje aqui falados alguns exemplos naquilo que nós tentamos colaborar com a Câmara Municipal e não é por causa de sermos apelidados de partido de oposição que nós vamos dizer ou vir aqui fazer intervenções no sentido destrutivo quando não é esse o nosso espírito. O nosso espírito é ajudar o concelho e eu estou aqui para o concelho de Sever do Vouga, não estou aqui para nenhum partido, apesar de ter sido eleito nas listas do PS. Portanto, só quero partilhar com os meus colegas que tenho muito orgulho de estar na bancada do PS fazendo a oposição que estamos a fazer, que é no sentido construtivo e de ajudar, neste caso, o executivo a fazer mais obra, a fazer mais pelas pessoas, a melhorar a qualidade de vida das pessoas e não aqui com esta truculência toda que existe aqui que eu acho que prejudica quem o usa porque eu acho que, assim, às vezes eu sei que é fácil ou deve ser, as decisões devem ser feitas com a cabeça e não com o coração. Mas, eu acho que, às vezes, o coração também se mete e esta truculência toda prejudica os intervenientes. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Jorge Graça. O senhor Presidente da Câmara Municipal quer acrescentar alguma coisa?-----

Presidente da Câmara Municipal – Com certeza que sim, senhor Presidente. É que eu ouvi aqui tanto disparate e tanta mentira que eu não posso ficar calado perante isto. Em primeiro lugar, quero-lhe dizer, senhor Presidente, que quem faz este relatório são os serviços da Câmara Municipal e que estão meses a fazê-lo juntamente com o Revisor Oficial de Contas que está sempre disponível para que, se o senhor Presidente da Assembleia quiser, ou algum elemento da assembleia municipal quiser tirar dúvidas, toda a gente está disponível. Eu, da minha parte, prescindo desses serviços porque tenho plena confiança naquilo que eles fazem e quero deixar claro uma coisa muito simples. Eu nunca

me reuni com o ROC. Nunca lhe disse faz isto ou faz aquilo. Aquilo que está aqui, é aquilo que é efetivo. Aquilo que se tentou transmitir aqui, como sempre, é aquilo que não está aqui. A Câmara goza de muito boa saúde financeira e o resultado líquido refere-se apenas às amortizações que são no valor de dois milhões e tal de euros e vão continua a ser assim por muitos anos. O que conta para efeitos de bancos e o que conta para efeitos de lucro é o resultado operacional e, nisso, houve um lucro de € 335 000,00. Concorde que as câmaras não existem para dar lucro, mas € 335 000,00, quando estamos entre quadros comunitários, quando temos tido as dificuldades que tivemos, quando, a título de exemplo, a Câmara suportou, nestes anos todos, o défice tarifário que houve, quando fez as transferências que fez para as juntas de freguesia continuar com o resultado com um balanço positivo de € 335 000,00 é, efetivamente, um sucesso. Relativamente à certificação legal de contas, quero deixar muito claro o seguinte: a maior parte delas vem de há muitos anos, o que não quer dizer que nós não estejamos a tratar de as fazer. No que diz respeito às concessões, nomeadamente da AdRA e da E-REDES, vamos iniciar esforços internos e vamos ter que recorrer a serviços externos, naturalmente, porque sozinhos não conseguimos fazer isto, para que, junto das entidades concessionárias de águas e saneamento, a AdRA, e da rede de gestão e distribuição de energia elétrica, E-REDES, durante o ano de 2024 e seguintes, porque isto não se faz apenas num ano, o reconhecimento mensuração dos direitos e obrigações das concessões seja realizada nos termos do SNC-AP. Relativamente ao património municipal e aos subsídios ao investimento, isto incluem-se na mesma reserva. Resolvendo-se a questão do património municipal também se resolve a questão dos subsídios ao investimento. Apesar dos esforços desenvolvidos e dos ajustamentos realizados nos últimos anos, ainda não foi possível garantir a plenitude e a mensuração dos ativos incluídos na rubrica dos ativos fixos tangíveis. Dada a dimensão, natureza e complexidade da mensuração e inventariação deste tipo de ativos, vamos trabalhar internamente e também recorrendo a serviços externos, para que seja possível colmatar esta debilidade existente. A título de exemplo, nós, apenas há uns dias é que fizemos a escritura e incluímos no património do município, por exemplo, uma escola que tinha vinte anos. Isto não se faz de um ano para o outro. Nós estamos a trabalhar nesse sentido. Apesar dos subsídios ao investimento estarem a ser reconhecidos no património municipal e neste sentido a serem reconhecidos em rendimentos aquando da amortização, a limitação da reserva relativa à globalidade do Património Municipal acaba por refletir a reserva anterior. Informações dos advogados – eu sei que a memória das pessoas é curta, mas certamente, alguns lembrar-se-ão que o ano passado o que vinha com uma reserva é que não havia qualquer informação dos advogados. Neste momento, aquilo que o ROC nos diz é que a informação não é suficiente. E, de facto, não é suficiente, portanto, houve uma melhoria mas não é suficiente. E, o que é isto? É, por exemplo, a multa que recebemos da APA por causa da zona de fruição de Couto de Esteves. Nós achamos que a multa que nos foi imposta, de € 60 000,00, não vai ser a multa que vai ser efetivamente cobrada. Nós temos esperança que o valor que vai ser pago pelo município seja inferior a esse. Agora, aquilo que nos diz o Revisor é que, na realidade, temos que lá colocar o máximo. Nós entendemos que não, que temos de colocar uma coisa realista. No caso do processo da empresa Carlos Pinho, que colocou um processo à Câmara Municipal a pedir para receber o valor dos trabalhos a mais do centro escolar no valor de 80 ou 90 mil euros, nós recorreremos dessa decisão e estamos à espera e achamos que não vamos pagar esse valor. O ROC entende que nós devemos lá colocar esse valor. Nós entendemos que não e estamos a trabalhar nesse sentido. Sobre as propriedades de investimento, a única coisa que existe aqui é uma alteração da norma contabilística. No ano de 2023, foram necessários efetuar aquilo a que se chama reclassificações contabilísticas, nomeadamente dos prédios que estão arrendados – do Vougapark, da praia fluvial Quinta do Barco, da casa da Quinta do Barco e da estação de Paradela que transitaram, em termos contabilísticos, de ativos fixos tangíveis para propriedades de investimento. Esta classificação para propriedades de investimento

obriga, pelo menos, nos termos da norma de contabilidade pública 8, à divulgação do seu justo valor, ou seja, no final de cada ano tem que ser feita uma avaliação destes imóveis e colocado no orçamento. É apenas isto que se passa. As coisas, este ano, no ano de 2023, apesar de ter sido um ano muito difícil, correram bastante melhor do que em 2022, mesmo estando entre quadros comunitários. Com a entrada de dinheiro dos fundos comunitários o ano 2024 prevê-se melhor do que o ano 2023, portanto, enche-me de esperança em achar que iremos realizar uma série de projetos novos. Quanto às contas, mais uma vez digo, se querem ouvir da parte dos técnicos se querem ouvir da parte dos ROCs, é só uma questão de pedir porque a Câmara está sempre disponível para explicar todas as dúvidas que tiverem. Eu dispenso, mas se quiserem estão à vontade.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Silva.---

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu acho que há aqui uma incompatibilidade no que se diz e, depois, naquilo que são os resultados destes relatórios que são aqui apresentados. Eu não sei se o meu colega, o Jorge Graça, se estava a dirigir a mim ou não, mas eu também concordo que todos nós estamos aqui para servir Sever do Vouga e obviamente que sim. Agora, há aqui uma questão que eu acho que deve ser sublinhada. Nós aqui, por muito que gostaríamos de perceber as questões técnicas destes assuntos, eu acho que nós aqui dentro somos políticos, políticos eleitos pelo povo para defender os interesses do povo. Não foi para defender as vírgulas e os zeros porque, se não, se nós não fôssemos políticos, estávamos todos a trabalhar aqui nos gabinetes da Câmara. Se calhar, ainda há aí espaço para mais alguns e estaríamos aí todos. Mas, não é isso. Nós somos políticos e não percebo uma questão, e também não me competia a mim vir aqui dizer isso, até acho que competia ao Partido Socialista, porque eu não entendo como é que um Presidente da Câmara vem aqui hoje dizer que esta Câmara está financeiramente bem, acho que foram as palavras utilizadas. E, depois, durante os dois primeiros anos deste mandato, nós andamos a ouvir nestas reuniões, nas redes sociais, nas intervenções do senhor Presidente por esse concelho fora, na rua, cá dentro, que havia um buraco. Em que é que nós ficamos? Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.-----

António Dias – Senhor Presidente, só uma acheira. Tenho que falar baixinho, peço desculpa. O senhor Presidente disse aqui que tinha, felizmente, muito dinheiro. Eu pergunto, se tem assim tanto dinheiro, para que é que subiu as tarifas do lixo? Não é outra vez, é mais arroz como diz o outro. Responda, se faz favor. Se tem dinheiro, assim como diz, para que é que subiu as tarifas? Segundo ponto, senhor Presidente, gostava que me dissesse, o senhor afirmou aqui... Desculpe, Ricardo. Qual é o problema? É para mim? É que, se é para mim, ele que diga. Agora gostava que o senhor Presidente da Câmara me dissesse aqui qual é a instituição financeira, em Portugal, onde os gastos e reversões de apreciações e amortizações não interessa para empréstimos bancários. Só para terminar, o senhor Presidente da Câmara disse que havia aqui buracos, ainda não vi buraco nenhum. Alguns aí, se calhar, na madeira e nas tábuas e nas escolas e por aí fora, mas...-----

Presidente da Câmara Municipal – Os buracos estão todos nas Arcas.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos evitar o diálogo. Queira concluir.-----

António Dias – Senhor Presidente da Câmara, já que fala da estrada das Arcas, se calhar a junta das Talhadas é culpada da estrada da Arrôta, da estrada de Silva Escura a Dornelas, dos parques infantis que não existem.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Isto não tem a ver com as contas, senhor António Dias. Vamos avançar.-----

António Dias – Eu gostava que ele me dissesse onde é que isso está, qual é o banco que não contempla as apreciações. Só um, diga-me um.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Vamos à votação.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas eu tenho que dizer uma resposta direta ao senhor António Dias.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Mas breve e objetiva, sem divagar e sem comentários que são desnecessários.-----

Presidente da Câmara Municipal – É muito objetiva. Eu gostava que, então, que tivesse os mesmos critérios que está a ter comigo com o senhor António Dias.-----

Presidente da Assembleia Municipal – É igualzinho.-----

Presidente da Câmara Municipal – Desculpe, mas não é. Senhor António Dias, interessa-me muito pouco o que o senhor quer. Interessa-me muito o que os talhadenses querem. Aquilo que se faz, no que diz respeito aos tarifários, é precisamente para que a Câmara possa ter direito a candidaturas. Eu sei que o senhor não quer saber das candidaturas. O senhor deixou fugir da freguesia de Talhadas, até agora, € 260 000,00. A estrada da Vide...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, isso não tem a ver com as contas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Desculpe, tem a ver com as contas. Se é dinheiro de candidaturas que saiu é dinheiro que não fica aqui. Relativamente a isto, quero-lhe apenas dizer isso. A Câmara goza, felizmente, de boa saúde. Temos tido um trabalho notável no que diz respeito à recuperação da Câmara Municipal. As pessoas podem-se orgulhar disso. Não tem nada a ver com as tarifas, tanto que a Câmara conseguiu suportar estes dois anos as tarifas e, por força de lei, foi obrigada a fazer a nota e as cobranças. É a lei. Há quem não a respeite. Nós fomos obrigados a respeitar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu vou concluir. Eu peço desculpa, não vamos estar aqui a rebater. O senhor agora vai falar de outro assunto e não saímos disto. O senhor ouviu o que eu disse. Eu interpelei. Eu tive o cuidado de interromper o senhor Presidente da Câmara a propósito dessa questão porque entendia que não fazia parte deste ponto, portanto, não vamos retomar esse ponto. Tem alguma questão a colocar sobre as contas? Então, faça o favor. Sobre as contas, se não, retiro-lhe a palavra.-----

António Dias – Senhor Presidente, sobre as contas, eu pergunto onde é que está a lei? O senhor Presidente da Câmara falou aqui numa lei, que cumpriu a lei. Eu quero saber onde é que está a lei. Diga assim, é o artigo tal da lei tal. Diga, senhor Presidente. Seja homem.

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos ter calma.-----

António Dias – Senhor Presidente, você trata-me aí por António Dias, ó Pedro Lobo, mostre-me a lei aos presentes. Estão aqui pessoas do público que querem ver.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu trato-o por senhor António Dias.-----

António Dias – Então, senhor Pedro Lobo, mostre a lei a toda a gente presente, mostre a quem nos vai ver em casa.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Já tinha feito essa questão.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, ponha ordem nisto, por amor de Deus.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, o senhor vai-me desculpar, mas para pôr a ordem estou eu. Não preciso das suas recomendações, certo? Portanto, vamo-nos entender com respeito por todos e é isso que eu procuro fazer. Espero que fique entendido. Vamos à votação.-----

Seguiu-se a votação dos documentos da Prestação de Contas de 2023, cujo resultado foi o seguinte: vinte e cinco votos a favor, dos membros Adérito Soares, Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Raimundo, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro; uma abstenção, do membro Sérgio Silva e um voto contra do membro António Dias.-----

3.6 Inventário e Cadastro em 31-12-2023: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste Município. O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Pese embora os esforços desenvolvidos e dos ajustamentos realizados, ainda não foi possível garantir a apresentação do inventário e cadastro nos termos que desejamos. Continuaremos a dar meios aos serviços para que esta situação venha a melhorar para um nível de excelência. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação constantes na documentação disponibilizada pelos serviços. -----

3.7 Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Talhadas: - Foi apresentada a proposta da Câmara Municipal para revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Talhadas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Devido a um pedido apresentado por uma empresa para junção de dois lotes, mostra-se necessário revogar este instrumento de gestão territorial que data de 1992.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu período de intervenções, tendo concedido a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. É mais um pedido de esclarecimento do que uma intervenção. A questão é a seguinte, nós, no passado, quando houve necessidade de fazer a junção desses lotes, julgo que a opção acabou por ser uma revisão do instrumento de gestão territorial em relação à respetiva zona industrial. Agora já não tenho a certeza de qual foi aquela que fizemos no passado. Cedrim? Obrigado pela ajuda, senhor vereador. Aqui, neste momento, a opção é por revogar. Eu gostaria de perceber se é possível esclarecer-nos ou se algum dos técnicos poderá, eventualmente, esclarecer-nos quanto à opção, uma vez que, ao mesmo tempo, me recordo que houve, em determinada altura, diligências no sentido de ampliar a zona industrial de Talhadas e que esse processo estaria a andar na CCDR centro, portanto, gostaria de perceber, afinal, como é que se optou por esta solução e como é que ficamos em relação ao futuro desta zona industrial.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, António Monteiro. António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Mais uma vez, obrigado senhor Presidente. Sintam-se cumprimentados os presentes na sua pessoa. Senhor Presidente da Câmara, eu aqui tenho que o felicitar por esta revogação porque houve uma situação em que vi as limitações que o plano de pormenor trazia e, assim sendo, uma vez que aquilo se refere, no fundo, à zona industrial que está, neste momento, em funcionamento, com a exceção de um lote ou dois, salvo erro, portanto, e se vem favorecer o desenvolvimento da zona industrial, é vantajoso para Talhadas e só há que agradecer. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, quer responder ao senhor deputado António Monteiro?-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim, com a sua autorização eu pedia ao técnico, Dr. Hélder Pereira para falar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Dr. Hélder Pereira tem a palavra.-----

Dr. Hélder Pereira – A todos, boa tarde. Em primeiro lugar, eu vou esclarecer o seguinte, a alteração que mencionava era de Cedrim e não de Talhadas. O que acontece aqui é uma situação simples. Nós temos, em Talhadas, um plano de pormenor muito antigo. Este plano de pormenor hoje, em face da sua execução, com muitos poucos lotes, em que um determinado promotor, que já era proprietário de um deles, adquiriu mais dois com o objetivo de expandir a sua unidade industrial. Nesse sentido, o único lote subjacente é o da Câmara Municipal para um equipamento, nem é para uma atividade industrial. Ponderámos internamente, nos serviços, e propusemos, tanto à Vereadora do pelouro, quanto ao Presidente da Câmara, que, do nosso ponto de vista, seria preferível fazer a revogação do plano de pormenor e depois dar espaço para que o promotor, neste caso o

proprietário dos lotes, pudesse dar entrada na Câmara com uma alteração do loteamento porque depois o que fica subjacente ao plano de pormenor é o loteamento, a divisão material daquele artigo em vários lotes que ficam subordinados às leis em vigor relativamente ao plano diretor municipal. E, como isso tudo está salvaguardado, temos todas as condições para poder fazer a revogação do plano que hoje já não tem sentido de existir e foi nesse sentido que fizemos esta proposta que foi acolhida mas que, necessariamente, precisa do aval da Assembleia Municipal que é a entidade que faz esta aprovação para depois ser publicada em Diário da República e ter força de lei.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, Dr. Helder. Não sei se ficámos esclarecidos?-----

António Monteiro – A minha nota era em relação ao futuro da zona industrial.-----

Dr. Hélder Pereira – Relativamente ao futuro o que é que acontece? Quando fizemos a segunda alteração do plano diretor municipal de Sever do Vouga, que foi publicado em 07 de fevereiro do ano passado, foi ampliada uma área considerável em torno daquele pequeno nicho que era a zona industrial das Talhadas e, portanto, como temos ali... que ainda não tem um plano, mas que pode ter uma unidade de sucessão, pode ter um loteamento, pode ter alguma das figuras legais. Propusemos sempre, na nossa ótica, que é sempre preferível o loteamento porque o loteamento está na capacidade da Câmara poder dizer, ao passo que um plano nós temos que negociar com a CCDR, temos que negociar com outras entidades que colocam a indústria, portanto, tudo isto cria uma certa entropia no mecanismo, ao passo que, no loteamento, nós somos, digamos assim, reis em casa própria.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Talhadas, nos termos da Informação n.º I 0171/AVP/24.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Anabela Tavares Rodrigues, residente em Sever do Vouga – Pediu que a taxa RSU não fosse cobrada aos condomínios porque os condóminos já pagavam a tarifa RSU. Referiu ter apresentado um requerimento, em 2022, sobre a degradação de um passeio de acesso ao prédio do Condomínio do Sobral, ao qual ainda não obteve resposta. Do Condomínio Quinta da Póvoa, falou sobre um problema nos arrumos do prédio onde existem muitas infiltrações, também já comunicado à Câmara Municipal, ao qual também não obteve resposta. Alertou para a dificuldade que os moradores do Edifício Vale da Anta II tinham no acesso à garagem pelo facto de a sinalização não estar a ser cumprida. Pediu que fosse visto o passeio do prédio do Edifício Vales, uma vez que sempre que chovia, provocava inundações naquele local, descalçando o prédio do lado esquerdo. Solicitou que o contentor do lixo fosse esvaziado mais vezes naquele local. Alertou para o facto de a lavandaria do rés-do-chão do Edifício do Silveirinho não cumprir com o horário exposto, provocando incómodo à pessoa que reside no apartamento localizado em cima desse estabelecimento, a qual não consegue dormir no quarto atendendo à vibração das máquinas e barulho provocado pelos seus utilizadores. Pediu um esclarecimento sobre a situação, de forma a saber se a Câmara Municipal tinha autorizado um horário diferente daquele que está afixado no estabelecimento. Mais referiu que os tubos de exaustão, colocados numa janela da parte de trás do prédio, não tinham sido autorizados pelo condomínio e que a lavandaria já tinha sido informada de que os deveria retirar. Por fim, pediu que a Câmara Municipal pressionasse a AdRA no sentido de reparar o desabamento, provocado por um excesso de água, na parte lateral do prédio em questão. Terminada a sua intervenção, pediu autorização ao Presidente da Assembleia Municipal para que a moradora interviesse e explicasse a sua situação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** autorizou, se restasse tempo, após as intervenções que quem já estava inscrito. A propósito das intervenções do público nas assembleias municipais, informou haver assuntos que deviam ser apresentados nas reuniões da Câmara Municipal, onde existe um ponto destinado ao público, uma vez que as questões abordadas eram da competência daquele órgão. Referiu que, por uma questão de

respeito pelas pessoas que assistiam às sessões, permitiam as intervenções, mas que as mesmas deveriam ser executadas ao executivo da Câmara Municipal.-----

Maria do Carmo Martins Henriques, residente no lugar de Azibal, freguesia Sever do Vouga – Referiu ter todos os combros caídos devido aos javalis que, noite sim, noite não, aparecem na zona da Mirtilusa e que os mesmo deviam ser abatidos. Mais referiu haver uma cadela que passa a noite inteira a ladrar nas terras perto da sua habitação e pediu que a Câmara Municipal interviesse.-----

Júlio Macedo Cruz, residente em Sever do Vouga – Pediu que a Câmara Municipal fizesse alguma coisa em relação aos javalis, junto dos organismos responsáveis, atendendo ao facto de a situação estar a ficar incontroável. Referiu ter semeado milho, no valor de € 220,00, na semana anterior, e que os javalis tinham andado em cima do terreno dois dias depois, sendo que, por sorte, apenas tinham pisado o terreno. Disse considerar que a questão dos javalis levaria ao abandono da agricultura, pois os agricultores suportavam todo o prejuízo, tanto financeiro como em espécie.-----

Maria da Luz Graeiro Tavares, residente no Edifício do Silveirinho, em Sever do Vouga – Explicou que a lavandaria se encontrava aberta vinte e quatro horas por dia e que havia pessoas que faziam festas naquele estabelecimento à noite, tendo já comunicado isso ao dono da lavandaria. Disse ter um bom quarto para dormir, mas que tinha de ir para o sofá dormir por não conseguir suportar o barulho. Referiu estar constantemente a chamar a GNR e que a situação se mantinha. Disse esperar que alguém fizesse alguma coisa e tivessem consideração pelos mais velhos.-----

Marina Leitão, residente em Sever do Vouga – Abordando o assunto dos javalis, disse considerar tratar-se uma questão de saúde pública, uma vez que aqueles animais andavam nos jardins e quintais das pessoas e que, além de estragar, as pessoas não sabiam se os animais tinham dejetado ou largado piolhos ou pulas no que ficava, fazendo com que as pessoas colocassem as coisas de lado por receio de contaminação. Referiu que a agricultura no concelho era feita por pessoas com 60 anos ou mais, que faziam disso uma atividade para estarem ocupadas e para saberem o que comiam. Disse ser de lamentar que as pessoas fossem prejudicadas e que era necessário articular com as associações de caçadores para que alguma coisa fosse feita para a situação não se manter, pois as pessoas estavam a ser condicionadas por causa de animais selvagens.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre a questão dos javalis, é uma questão de lei e que tem que ser resolvida pelo legislador. O que a Câmara Municipal de Sever do Vouga fez foi a criação de um incentivo ao abate do javali e paga € 50,00 por cada fêmea abatida e € 30,00 por cada macho abatido. Falamos com as associações de caçadores que têm feito diversas esperas. Simplesmente, a lei não permite o disparo a determinada distância das habitações e o que acontece é que os javalis estão em cima das habitações. Atualmente, o Secretário de Estado das Florestas é o engenheiro Rui Ladeira que foi presidente da Câmara Municipal de Vouzela. Nós já pedimos uma reunião com ele para falar sobre este assunto. Podem ter a certeza que, das pessoas que mais sofre com o javali sou eu que tenho os meus campos todos trucidados. Relativamente à cadela que anda lá, quero dizer-vos o seguinte – a cadela pariu no ano passado e teve oito cães. A cadela voltou a parir este ano e teve sete cães. Foram todos adotados. A cadela tentou-se apanhar dezenas de vezes. Colocou-se armadilhas, sedativo na comida para ela adormecer, disparou-se o dardo e, até agora, não se conseguiu apanhar a cadela. Se não, acredite, estando ela onde estava, já não estava lá. É evidente que a lei, ao contrário de muitos países, na minha opinião não havia problema nenhum em apanhar-se os animais, esterilizar-se os animais e até soltar os animais. A lei portuguesa não permite isso. não permite que se apanhe os animais, que se esterilize os animais e se soltem, com a exceção dos gatos que podem ser colocados em gatis identificados, mas os cães não é assim. A cadela, todos os esforços que temos feito para a apanhar não têm resultado e, de facto,

estas noites ela tem ladrado muito porque todos os filhos têm sido adotados e, provavelmente, por causa disso ela anda à procura deles e tem sido insuportável. Eu próprio não tenho dormido bem, para ser sincero. Relativamente às questões dos condomínios, muitas das questões que têm sido relatadas aqui, nomeadamente a questão do condomínio do edifício Póvoa, do condomínio do edifício do Sobreiral, do passeio, é tudo responsabilidade do IP, não é responsabilidade da Câmara Municipal. A E.N. 328 termina na rotunda da GNR e depois vai pelo lado direito e sobe, no lado esquerdo entra-se na Av. C.A.M.P. Isso não quer dizer que a Câmara, perante a inatividade do IP, não faça reparações nos passeios, tanto que já fez reparações nesse passeio várias vezes. No dia 2 de maio, estará cá a Eng.^a Ângela Sá e esse será um dos assuntos abordados. Quanto ao barulho, eu posso-vos dizer, por experiência própria, que já vivi por cima de uma pizaria que era insuportável o barulho. Neste momento, já foi encerrado um estabelecimento em Sever do Vouga por causa do barulho. Eu acho estranho o horário não estar a ser respeitado, não tinha conhecimento disso. Vou verificar. Aquilo que, normalmente, se faz é um ensaio de medição de incomodidade e, se se verificar que não cumpre com os requisitos normais da Lei Geral do Ruído, é mandado fazer o encerramento do estabelecimento. Eu vou-me inteirar, junto dos serviços, sobre o que se passa porque eu não tinha conhecimento dessa situação. Aliás, a lavandaria já lá está há muito tempo e confesso que não sabia. Vou-me inteirar desses assuntos. Aproveito para dizer que vai haver obras na Rua do Silveirinho porque há um assoreamento muito grande devido à água que anda ali por baixo. Vão-se iniciar na segunda-feira. O orçamento previsto é de trinta mil euros, porque não se sabe quanto vai, efetivamente, gastar-se e a estrada estará encerrada durante algum tempo. Do outro lado, da Rua dos Bombeiros, nós já resolvemos a situação. Do lado da Rua do Silveirinho, que depois vai para a Rua do Ribeiro, vai ser resolvido agora. De qualquer forma, o que eu lhe posso dizer é que tudo será respondido por escrito, a todas as perguntas que foram feitas, mas de todos os assuntos eu vou-me inteirar e procurarei resolver. Se alguém tiver sugestões, pois eu agradeço, porque aquilo que se passa é que nós temos uma lei que é extremamente permissiva. Existe um desequilíbrio no que diz respeito aos javalis. Os javalis antigamente viviam, sobretudo, no monte. Muito por causa dos incêndios e por causa da total ausência de uma política florestal os javalis deixaram de encontrar alimento nos montes e têm que se deslocar até às vilas e às aldeias para se alimentarem. Como não é possível disparar próximo de habitações, a verdade é que eles fazem um bocado o que querem. Eu tenho esperança neste atual governo, que se possa reverter a situação. De qualquer forma, volto a repetir, tentarei inteirar-me do assunto e responder da forma mais completa possível. Se alguém quiser ficar com a cadela que lá está, eu agradeço.-----
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----